

RESOLUÇÃO CEPE/IFSC Nº 110 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2021.

Aprova a alteração de Projeto Pedagógico de Curso Técnico Subsequente no Instituto Federal de Santa Catarina.

O PRESIDENTE do COLEGIADO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA – CEPE, de acordo com a Lei que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 9º do Regimento Interno do Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Santa Catarina - Resolução CONSUP nº 27 de 8 de setembro de 2020, pela competência delegada ao CEPE pelo Conselho Superior através da Resolução CONSUP nº 17 de 17 de maio de 2012, e de acordo com as atribuições do CEPE previstas no artigo 12 do Regimento Geral do Instituto Federal de Santa Catarina Resolução CONSUP nº 54 de 5 de novembro de 2010;

Considerando a apreciação da alteração do curso pelo Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE na Reunião Ordinária do dia 09 de dezembro de 2021;

RESOLVE:

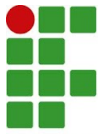
Art. 1º Aprovar a alteração da autorização de oferta do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração, para o Câmpus Tubarão, na forma subsequente, com carga horária total de 800 horas, na modalidade presencial, com 40 vagas por turma e 40 vagas totais anuais, com periodicidade da oferta anual, no turno noturno, de acordo com as alterações aprovadas para o câmpus Caçador, conforme PPC anexo.

Art. 2º Revogar a Resolução CEPE nº 029 de 12 de abril de 2018 que trata do referido PPC, devendo ficar resguardados os efeitos produzidos para as turmas em andamento até a sua integralização e diplomação.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor a partir do dia 3 de janeiro de 2022, para o próximo ingresso no curso. Para as turmas em andamento, somente se aplica no caso de migração de grade curricular com consentimento por escrito do(s) estudante(s) em curso, e nos casos de adaptação curricular, previstos no Regulamento Didático Pedagógico.

ADRIANO LARENTES DA SILVA
Presidente do CEPE do IFSC

(Autorizado conforme despacho no processo nº 23292.005146/2021-90)



ALTERAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

DADOS DO CAMPUS

1 Campus: Tubarão

2 Departamento: Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão

3 Contatos/Telefone do campus:

Gabriela Pelegrini Tiscoski

E-mail: adm.tub@ifsc.edu.br

Telefone: (48) 3301-9121

Lucas Schmidt

E-mail: depe.tub@ifsc.edu.br

Telefone: (48) 3301-9102

DADOS DO CURSO

4 Nome do curso: Técnico em Administração

5 Número da Resolução do Curso: 27/2016/CEPE

6 Forma de oferta: Subsequente

ITEM A SER ALTERADO NO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO:

A Resolução 27/2016/CEPE foi revogada pela Resolução 38/2021/CEPE.

Itens alterados no novo PPC aprovado:

Parte I - Identificação

Item 12 - Carga Horária do Curso

Item 19 - Regime de matrícula

Item 20 - Periodicidade da Oferta

Item 23 - Legislação (profissional e educacional) aplicada ao curso

Item 25 - Perfil Profissional do Egresso

Item 28 - Diplomação do egresso

Item 29 - Matriz curricular

Item 30 - Componentes curriculares

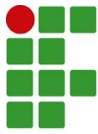
Item 31 - Certificações intermediárias

Item 32 - Estágio curricular supervisionado

Item 33 - Metodologia de desenvolvimento pedagógico do curso

Item 34 - Avaliação da aprendizagem

Item 35 - Critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores



Item 36 - Atendimento ao discente
Item 37 - Atividade em EaD
Item 38 - Equipe multidisciplinar
Item 39 - Justificativa da oferta do curso no Campus
Item 40 - Itinerário formativo no Contexto da Oferta do Campus
Item 42 - Instalações e Equipamentos
Item 43 - Corpo Docente e Técnico-administrativo

DESCREVER E JUSTIFICAR A ALTERAÇÃO PROPOSTA:

A solicitação é de utilização, a partir do ingresso 2022/1, do novo PPC aprovado pela Resolução 38/2021/CEPE, haja vista a necessidade de atualização em alguns pontos como carga horária do curso, atividades não presenciais, legislação, estrutura didático- pedagógica, matriz curricular e perfil profissional do egresso.

Seguem as justificativas apresentadas pelo câmpus de origem do PPC (Caçador) para a alteração da proposta:

Parte 1

Foram atualizadas as informações como nomes dos contatos e telefones, conforme o quadro atual de servidores.

Item 12 - Carga Horária do Curso

Para adequar ao Novo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), publicado em 18/12/2020, a Carga Horária foi reduzida para 800 horas. Com esta redução, o Curso passará de 3 semestres para 2. Com aulas todas as noites da semana.

Item 19 - Regime de matrícula

Alterado para Matrícula por créditos (Matrícula por unidade curricular).

Item 20 - Periodicidade da Oferta

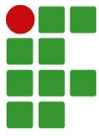
Alterado para anual.

Item 23 - Legislação (profissional e educacional) aplicada ao curso

Atualizou-se a Legislação incluindo documentos orientativos no âmbito da educação de nível nacional e Institucional do IFSC e no âmbito da profissão do técnico (Conselho Regional de Administração).

Item 25 - Perfil Profissional do Egresso

Alterou-se o perfil profissional do egresso adequando ao Catálogo Nacional de Cursos Técnico.



Item 28 - Diplomação do egresso
Inserido Técnico (a) em Administração.

Item 29 - Matriz curricular

As alterações na Matriz Curricular foram baseadas em diversos momentos avaliativos no decorrer destes anos de desenvolvimento do PPC, das percepções da Coordenação de Curso, dos envolvidos no curso: professores, alunos, gestão, Coordenadoria Pedagógica e de ações direcionadas para subsidiar o curso na alteração do PPC, como: avaliações realizada pela Coordenação de Curso, Coordenação Pedagógica e DEPE, sobre desenvolvimento das Atividades Não Presenciais (ANPs) e período presencial, anterior a pandemia; discussões no Grupo de Trabalho de Reformulação do PPC do Curso Técnico Subsequente em Administração; aplicação de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso de dois docentes do Curso, com o objetivo de levantar informações sobre o PPC atual e identificar melhorias no Curso, por meio de entrevistas e questionários com os egressos, discentes, docentes, empresários e com estudantes com matrícula cancelada/evadidos do curso (Turmas de 2018, 2019 e 2020). Todos esses instrumentos e ações visaram levantar dados para subsidiar as discussões para oferta mais adequada ao público e contemplar a permanência e o êxito dos estudantes no curso.

No desenvolvimento do curso, conforme PPC anterior, verificamos estudantes que desistiram por falta de tempo para estudar, dificuldades para aprender, dificuldades para conciliar trabalho e estudos, questões familiares e estudos e também não identificação com o curso, dificuldades com o grau de exigência do curso, entre outros e diante disso percebemos a necessidade de ajustar a Matriz Curricular para curso técnico visto que professores observaram que matriz anterior estava muito próxima do curso superior. Também avaliamos que o perfil do público estava mais próximo as características do PROEJA, estudantes adultos, com longo período fora do ambiente escolar formal e o curso estava mais voltado para um público que saísse do médio e entrasse no técnico subsequente em seguida.

Item 30 - Componentes curriculares

As Unidades Curriculares foram alteradas com base nas respostas obtidas nas pesquisas aplicadas (descritas acima) e na experiência dos professores do curso e do Núcleo Pedagógico.

Abaixo descrevem-se as Unidades curriculares alteradas e uma descrição das mudanças propostas:

- Rotinas Administrativas - alteração da UC de Fundamentos da Administração para Rotinas Administrativas, com inserção de objetivos e alterações no conteúdo, metodologia e bibliografia da UC.

- Comportamento Organizacional e Gestão de Pessoas - houve alteração no nome da UC Gestão de Pessoas, para dar destaque no desenvolvimento de aspectos comportamentais e técnicos, e inserção de objetivos e alterações no conteúdo, na metodologia e na bibliografia da UC.



- Informática Básica - inserção de objetivos e alteração no conteúdo, na metodologia e na bibliografia da UC.

- Comunicação e Expressão I e II - inserção de objetivos e alteração no conteúdo, na metodologia e na bibliografia da UC.

- Matemática Aplicada à Administração I e II - inserção de objetivos e alteração no conteúdo e na metodologia da UC.

- Responsabilidade Social e Sustentabilidade - inserção de objetivos e alteração no conteúdo e na metodologia da UC. Inserido o conteúdo: Desenho Universal e Acessibilidade.

- Administração da Produção e Logística - inserção de objetivos e alteração no conteúdo, na metodologia e na bibliografia da UC.

- Organização, Sistemas e Métodos - inserção de objetivos e alteração na metodologia da UC.

- Administração da Qualidade - inserção de objetivos e alteração no conteúdo e na metodologia da UC.

- Administração Estratégica e de Marketing - alteração da UC, incorporando as UCs Administração Estratégica e Administração de Vendas. Inserção de objetivos e alteração no conteúdo, na metodologia e na bibliografia da UC.

- Empreendedorismo - alteração nos objetivos, conteúdos, metodologia e bibliografia da UC.

- Rotinas Financeiras - alteração nos objetivos.

Item 31 - Certificações intermediárias

Incluiu-se a certificação de Assistente Administrativo, após conclusão do 1º semestre.

Item 32 - Estágio curricular supervisionado

Continua não existindo o estágio curricular supervisionado e incluiu-se um texto sobre o estágio supervisionado não-obrigatório.

Item 33 - Metodologia de desenvolvimento pedagógico do curso

Necessidade de adequar a proposta metodológica para o ensino híbrido (presencial e on-line) em sintonia o desenvolvimento das novas teorias da educação e com o contexto do mundo do trabalho. Necessidade de adequar a proposta metodológica para atender a parte até 20% EAD inserido em cada U. Curricular.



Item 34 - Avaliação da aprendizagem

Necessidade de adequar a proposta avaliativa para contemplar permanência e êxito dos estudantes e também a realidade vivenciada no contexto da região atendida.

Item 35 - Critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores

Incluiu-se este item, conforme o RDP.

Item 36 - Atendimento ao discente

Proposta com acréscimo de texto conforme as políticas do IFSC.

Item 37 - Atividade em EaD

Necessidade de adequar carga horária para contemplar contextos observados pelos docentes e atender os trabalhadores estudantes, destinou-se 20% da Carga Horária de cada Unidade Curricular para as atividades a distância (EAD).

Item 38 - Equipe multidisciplinar

Inclui-se textos sobre as equipes que dão suporte nas atividades de tutoria e na elaboração dos materiais institucionais.

Item 39 - Justificativa da oferta do curso no Campus

Atualizou-se penúltimo parágrafo, colocando a afirmação no tempo verbal passado.

Item 40 - Itinerário formativo no Contexto da Oferta do Campus

Atualizado o texto conforme a realidade atual de oferta de Cursos no Câmpus de Caçador.

Item 42 - Instalações e Equipamentos

Atualizado o texto conforme a realidade atual da infraestrutura do Câmpus de Caçador.

Item 43 - Corpo Docente e Técnico-administrativo

Atualizado conforme o quadro atual de servidores do Câmpus Caçador.

Tubarão, 19 de novembro de 2021.

Lucas Schmidt
Chefe do Departamento
de Ensino, Pesquisa e
Extensão

Assinatura da Direção do Câmpus
P/ Henri Carlo Belan

RESOLUÇÃO CEPE/IFSC Nº38 DE 10 DE JUNHO DE 2021.

Aprova a alteração de Projeto Pedagógico de Curso e dá outras providências.

O PRESIDENTE do COLEGIADO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA – CEPE, de acordo com a Lei que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 9º do Regimento Interno do Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Santa Catarina - Resolução CONSUP nº 27 de 8 de setembro de 2020, pela competência delegada ao CEPE pelo Conselho Superior através da Resolução CONSUP nº 17 de 17 de maio de 2012, e de acordo com as atribuições do CEPE previstas no artigo 12 do Regimento Geral do Instituto Federal de Santa Catarina Resolução CONSUP nº 54 de 5 de novembro de 2010;

RESOLVE:

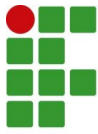
Art. 1º Aprovar a alteração do Projeto Pedagógico de Curso Técnico em Administração Subsequente – Câmpus Caçador, conforme anexos, e revogar a Resolução Cepe nº 27/2016/CEPE/IFSC, que trata do referido curso:

Câmpus	Curso				Carga horária	Vagas por turma	Vagas totais anuais	Turno de oferta
	Nível	Modalidade	Status	Curso				
Caçador	Médio (Subsequente)	Presencial	Alteração	Técnico em Administração	800 horas	40	40	Noturno

Art. 2º Esta resolução passa a vigorar a partir de sua publicação para o próximo ingresso no curso, já para as turmas em andamento, somente se aplica no caso de migração de grade curricular com consentimento por escrito do(s) estudante(s) em curso, e nos casos de readaptação curricular, previstos no Regulamento Didático Pedagógico.

Parágrafo único. Salvo exceções indicadas no caput, o PPC previsto na Resolução CEPE nº 27 de 10 de junho de 2016 mantém seus efeitos para as turmas em curso até a sua integralização e diplomação.

LUIZ OTÁVIO CABRAL
Presidente do CEPE do IFSC
(Autorizado conforme despacho no processo nº 23292.007581/2021-14)



ALTERAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

1. DADOS DO CAMPUS

1. **Campus:** Caçador
2. **Departamento:** Ensino, Pesquisa e Extensão
3. **Contatos/Telefone do campus:** Sibeli Paulon Ferronato - (49) 3561-5730

DADOS DO CURSO

- 1 **Nome do curso:** Técnico em Administração
- 2 **Número da Resolução do Curso:** RESOLUÇÃO CEPE/IFSC Nº 27, DE 10 de junho de 2016
- 3 **Forma de oferta:** Subsequente

2. ITEM A SER ALTERADO NO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO:

De acordo com o novo formulário do PCC de 2018, as alterações em relação ao PPC do Curso Técnico Subsequente em Administração vigente (2017) são as seguintes:

Parte I - Identificação

- Item 12 - Carga Horária do Curso
- Item 19 - Regime de matrícula
- Item 20 - Periodicidade da Oferta
- Item 23 - Legislação (profissional e educacional) aplicada ao curso
- Item 25 - Perfil Profissional do Egresso
- Item 28 - Diplomação do egresso
- Item 29 - Matriz curricular
- Item 30 - Componentes curriculares
- Item 31 - Certificações intermediárias
- Item 32 - Estágio curricular supervisionado
- Item 33 - Metodologia de desenvolvimento pedagógico do curso
- Item 34 - Avaliação da aprendizagem
- Item 35 - Critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores
- Item 36 - Atendimento ao discente
- Item 37 - Atividade em EaD
- Item 38 - Equipe multidisciplinar
- Item 39 - Justificativa da oferta do curso no Campus
- Item 40 - Itinerário formativo no Contexto da Oferta do Campus
- Item 42 - Instalações e Equipamentos
- Item 43 - Corpo Docente e Técnico-administrativo

Observação: Embora o curso estivesse com previsão de extinção na POCV, a gestão em conjunto com o Colegiado do Câmpus, decidiram por manter a oferta, tendo em vista que o curso, dentre os técnicos subsequentes é um dos que mais tem procura e com melhores índices de permanência e êxito.

DESCREVER E JUSTIFICAR A ALTERAÇÃO PROPOSTA:



Parte 1

Foram atualizadas as informações como nomes dos contatos e telefones, conforme o quadro atual de servidores.

Item 12 - Carga Horária do Curso

Para adequar ao Novo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), publicado em 18/12/2020, a Carga Horária foi reduzida para 800 horas. Com esta redução, o Curso passará de 3 semestres para 2. Com aulas todas as noites da semana.

Item 19 - Regime de matrícula

Alterado para Matrícula por créditos (Matrícula por unidade curricular).

Item 20 - Periodicidade da Oferta

Alterado para anual.

Item 23 - Legislação (profissional e educacional) aplicada ao curso

Atualizou-se a Legislação incluindo documentos orientativos no âmbito da educação de nível nacional e Institucional do IFSC e no âmbito da profissão do técnico (Conselho Regional de Administração).

Item 25 - Perfil Profissional do Egresso

Alterou-se o perfil profissional do egresso adequando ao Catálogo Nacional de Cursos Técnico.

Item 28 - Diplomação do egresso

Inserido Técnico (a) em Administração.

Item 29 - Matriz curricular

As alterações na Matriz Curricular foram baseadas em diversos momentos avaliativos no decorrer destes anos de desenvolvimento do PPC, das percepções da Coordenação de Curso, dos envolvidos no curso: professores, alunos, gestão, Coordenadoria Pedagógica e de ações direcionadas para subsidiar o curso na alteração do PPC, como: avaliações realizada pela Coordenação de Curso, Coordenação Pedagógica e DEPE, sobre desenvolvimento das Atividades Não Presenciais (ANPs) e período presencial, anterior a pandemia; discussões no Grupo de Trabalho de Reformulação do PPC do Curso Técnico Subsequente em Administração; aplicação de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso de dois docentes do Curso, com o objetivo de levantar informações sobre o PPC atual e identificar melhorias no Curso, por meio de entrevistas e questionários com os egressos, discentes, docentes, empresários e com estudantes com matrícula cancelada/evadidos do curso (Turmas de 2018, 2019 e 2020). Todos esses instrumentos e ações visaram levantar dados para subsidiar as discussões para oferta mais adequada ao público e contemplar a permanência e o êxito dos estudantes no curso.

No desenvolvimento do curso, conforme PPC anterior, verificamos estudantes que desistiram por falta de tempo para estudar, dificuldades para aprender, dificuldades para conciliar trabalho e estudos, questões familiares e estudos e também não identificação com o curso, dificuldades com o grau de exigência do curso, entre outros e diante disso percebemos a necessidade de ajustar a Matriz Curricular para curso técnico visto que professores observaram que matriz anterior estava muito próxima do curso superior. Também avaliamos que o perfil do público estava mais próximo as características do PROEJA, estudantes adultos, com longo período fora do ambiente escolar formal e o curso estava mais voltado para um público que saísse do médio e entrasse no técnico subsequente em seguida.

Item 30 - Componentes curriculares

As Unidades Curriculares foram alteradas com base nas respostas obtidas nas pesquisas aplicadas (descritas acima) e na experiência dos professores do curso e do Núcleo Pedagógico.

Abaixo descrevem-se as Unidades curriculares alteradas e uma descrição das mudanças propostas:

- Rotinas Administrativas - alteração da UC de Fundamentos da Administração para Rotinas Administrativas, com inserção de objetivos e alterações no conteúdo, metodologia e bibliografia da UC.
- Comportamento Organizacional e Gestão de Pessoas - houve alteração no nome da UC Gestão de Pessoas, para dar destaque no desenvolvimento de aspectos comportamentais e técnicos, e inserção de



objetivos e alterações no conteúdo, na metodologia e na bibliografia da UC.

- Informática Básica - inserção de objetivos e alteração no conteúdo, na metodologia e na bibliografia da UC.

- Comunicação e Expressão I e II - inserção de objetivos e alteração no conteúdo, na metodologia e na bibliografia da UC.

- Matemática Aplicada à Administração I e II - inserção de objetivos e alteração no conteúdo e na metodologia da UC.

- Responsabilidade Social e Sustentabilidade - inserção de objetivos e alteração no conteúdo e na metodologia da UC. Inserido o conteúdo: Desenho Universal e Acessibilidade.

- Administração da Produção e Logística - inserção de objetivos e alteração no conteúdo, na metodologia e na bibliografia da UC.

- Organização, Sistemas e Métodos - inserção de objetivos e alteração na metodologia da UC.

- Administração da Qualidade - inserção de objetivos e alteração no conteúdo e na metodologia da UC.

- Administração Estratégica e de Marketing - alteração da UC, incorporando as UCs Administração Estratégica e Administração de Vendas. Inserção de objetivos e alteração no conteúdo, na metodologia e na bibliografia da UC.

- Empreendedorismo - alteração nos objetivos, conteúdos, metodologia e bibliografia da UC.

- Rotinas Financeiras - alteração nos objetivos.

Item 31 - Certificações intermediárias

Incluiu-se a certificação de Assistente Administrativo, após conclusão do 1º semestre.

Item 32 - Estágio curricular supervisionado

Continua não existindo o estágio curricular supervisionado e incluiu-se um texto sobre o estágio supervisionado não-obrigatório.

Item 33 - Metodologia de desenvolvimento pedagógico do curso

Necessidade de adequar a proposta metodológica para o ensino híbrido (presencial e on-line) em sintonia o desenvolvimento das novas teorias da educação e com o contexto do mundo do trabalho. Necessidade de adequar a proposta metodológica para atender a parte até 20% EAD inserido em cada U. Curricular.

Item 34 - Avaliação da aprendizagem

Necessidade de adequar a proposta avaliativa para contemplar permanência e êxito dos estudantes e também a realidade vivenciada no contexto da região atendida.

Item 35 - Critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores

Incluiu-se este item, conforme o RDP.

Item 36 - Atendimento ao discente

Proposta com acréscimo de texto conforme as políticas do IFSC.

Item 37 - Atividade em EaD

Necessidade de adequar carga horária para contemplar contextos observados pelos docentes e atender os trabalhadores estudantes, destinou-se 20% da Carga Horária de cada Unidade Curricular para as atividades a distância (EAD).

Item 38 - Equipe multidisciplinar



Inclui-se textos sobre as equipes que dão suporte nas atividades de tutoria e na elaboração dos materiais institucionais.

Item 39 - Justificativa da oferta do curso no Campus

Atualizou-se penúltimo parágrafo, colocando a afirmação no tempo verbal passado.

Item 40 - Itinerário formativo no Contexto da Oferta do Campus

Atualizado o texto conforme a realidade atual de oferta de Cursos no Câmpus de Caçador.

Item 42 - Instalações e Equipamentos

Atualizado o texto conforme a realidade atual da infraestrutura do Câmpus de Caçador.

Item 43 - Corpo Docente e Técnico-administrativo

Atualizado conforme o quadro atual de servidores do Câmpus Caçador.

_____, ____ de ____ de _____.

Assinatura da Direção do Câmpus



PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO

PARTE 1 – IDENTIFICAÇÃO

I – DADOS DA INSTITUIÇÃO

Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC

Instituído pela Lei n 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

Reitoria: Rua 14 de Julho, 150 – Coqueiros – Florianópolis – Santa Catarina – Brasil – CEP 88.075-010

Fone: +55 (48) 3877-9000 – CNPJ: 11.402.887/0001-60

II – DADOS DO CAMPUS PROPONENTE

1. Campus: Caçador

2. Endereço e Telefone do Campus:

Av. Fahdo Thomé, nº 3000 - Bairro Champagnat - Caçador, SC - CEP: 89500-000 - Telefone: (49) 3561-5700.

2.1. Complemento:

Não possui.

2.2. Departamento:

Ensino, Pesquisa e Extensão

III – DADOS DOS RESPONSÁVEIS PELO PPC

3. Chefe DEPE:

Bruno Santos Vieira

E-mail: bruno.vieira@ifsc.edu.br

Telefone: (49) 3561-5700

4. Contatos:

Sibeli Paulon Ferronato

E-mail: sibeli.ferronato@ifsc.edu.br

Telefone: (49) 3561-5730

5. Nome do Coordenador/proponente do curso:

Sibeli Paulon Ferronato

E-mail: sibeli.ferronato@ifsc.edu.br

Telefone: (49) 3561-5730

6. Aprovação no Campus:

A resolução do Colegiado que aprovou o PPC foi: 05/2021 - Aprova, ad referendum, a alteração do PPC do Curso Técnico Subsequente em Administração. A resolução do Colegiado que aprovou a oferta foi: 09/2021: Aprova a oferta de Ingresso do Curso Técnico Subsequente em Administração para o semestre de 2021.2.

PARTE 2 – PPC

IV – DADOS DO CURSO

8. Nome do curso:

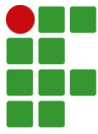
Técnico em Administração

9. Eixo tecnológico:

Gestão e Negócios

10. Forma de oferta:

Técnico Subsequente



11. Modalidade

Curso Presencial

12. Carga Horária do Curso:

Carga horária de Aulas: 800 horas

Carga horária de Estágio: 0

Carga horária Total: 800 horas

13. Vagas por Turma:

40 vagas

14. Vagas Totais Anuais:

40 vagas

15. Turno de Oferta:

Noturno

16. Início da Oferta:

2021/2

17. Local de Oferta do Curso:

IFSC Câmpus Caçador

18. Integralização:

Limite Mínimo: 2 semestres

Limite Máximo: 4 semestres

19. Regime de Matrícula:

Matrícula por créditos (Matrícula por unidade curricular)

20. Periodicidade da Oferta:

Anual

21. Forma de Ingresso:

Sorteio

22. Requisitos de acesso:

Ensino Médio Completo

23. Legislação (profissional e educacional) aplicada ao curso:

O curso Técnico em Administração seguirá as diretrizes estabelecidas pelas normas a seguir:

CBO 3513 – Técnico em Administração, controlam rotina administrativa. Realizam atividades em recursos humanos e intermedeiam mão-de-obra para colocação e recolocação. Atuam na área de compras e assessoram a área de vendas. Intercambiam mercadorias e serviços e executam atividades nas áreas fiscal e financeira.

Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em especial, os dispositivos que tratam da Educação Profissional e Tecnológica;

Decreto nº 7.611/2011, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado e dá outras providências;



Lei nº 13.146 – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Lei nº 13.409 Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências;

Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que altera as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências;

Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências;

Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e nº 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6 da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001 e dá outras providências.

Lei nº 11.892, de 29 de dezembro 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

Resolução CNE/CEB nº 2, de 4 de abril de 2005 – Modifica a redação do § 3º do artigo 5º da Resolução CNE/CEB nº 1/2004 até nova manifestação sobre estágio supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação.

Resolução CNE/CEB nº 1, de 21 de janeiro de 2004, que estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos. Inclui texto Resolução CNE/CEB nº 2/2005.

Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

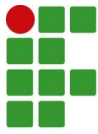
Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de dezembro de 2014, que atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disciplinando e orientando os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica quanto à oferta de cursos técnicos de nível médio em caráter experimental, observando o disposto no art. 81 da Lei nº 9.394/96 (LDB) e nos termos da Resolução CNE/CEB nº6/2012.

Resolução CONSUP Nº 20, de 25 de junho de 2018. Aprova o Regulamento Didático-Pedagógico do IFSC e dá outras providências.

Parecer CNE/CEB nº 11, de 09 de maio de 2012, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares para a Educação Técnica de Nível Médio.

Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta os artigos 36 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que institui o Programa Nacional de Direitos Humanos.



Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004): durante a semana da Consciência Negra serão realizadas atividades visando esclarecimentos relativos à Educação das Relações Étnicas-Raciais. Este tema será abordado de forma transversal em diversas disciplinas no decorrer do curso.

Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida: o Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004: regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Políticas de educação ambiental: a Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999: Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de educação Ambiental e dá outras providências.

Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista: a Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 estabelece nos artigos de 1 a 8, diretrizes para sua consecução.

Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme resolução Nº 1, de 30 de maio de 2012: os temas a serem abordados em diferentes atividades e em conjunto com a temática das unidades curriculares do curso são: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental.

Resolução Normativa CFA nº 511, de 14 de junho de 2017: Dispõe sobre o registro no Conselho Regional de Administração, dos egressos de cursos de educação profissional técnica de nível médio contextos à Administração.

BRASIL. Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965. Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 13 de setembro de 1965.

BRASIL. Lei nº 7.321, de 13 de junho de 1985. Altera a Denominação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Técnicos de Administração, e dá outras Providências. Diário Oficial da União. Brasília, 14 de junho de 1985.

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 15 de dezembro de 2020, que aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

Resolução CNE/CP n. 1/2021, de 05 de janeiro de 2021, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional.

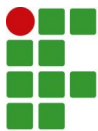
Portaria nº 24, de 19 de janeiro de 2021, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Reconhecimento e Certificação de Saberes e Competências Profissionais - ReSaber, no âmbito do Ministério da Educação.

24. Objetivos do curso:

O Curso Técnico Subsequente em Administração tem por objetivo formar profissionais com visão empreendedora e sustentável capazes de desempenhar atividades de gestão de pessoas, marketing, produção e finanças que deem suporte às práticas organizacionais.

25. Perfil profissional do egresso:

- Executar operações administrativas de planejamento, pesquisas, análise e assessoria no que tange à gestão de pessoal, de materiais e produção, de serviços, à gestão financeira, orçamentária e mercadológica.
- Utilizar sistemas de informação e aplicar conceitos e modelos de gestão em funções administrativas, seja operacionais, de coordenação, de chefia intermediária seja de direção superior, sob orientação.



- Elaborar orçamentos, fluxos de caixa e demais demonstrativos financeiros.
- Elaborar e expedir relatórios e documentos diversos.
- Auxiliar na elaboração de pareceres e laudos para tomada de decisões.

26. Competências gerais do egresso:

O Curso Técnico Subsequente em Administração deve possibilitar a formação profissional que revele as seguintes competências:

1. Identifica, sistematiza e interpreta informações do contexto organizacional (ambiente interno e externo) a fim de auxiliar a gestão na tomada de decisão;
2. Auxilia no planejamento, na organização, na direção e no controle de rotinas administrativas com visão sistêmica e sustentável;
3. Auxilia na concepção e operacionalização de empreendimentos;
4. Executa rotinas administrativas na área de marketing;
5. Executa rotinas administrativas nas áreas de produção de bens e de serviços;
6. Executa rotinas administrativas na área de finanças;
7. Executa rotinas administrativas na área de pessoas.

27. Áreas/campo de atuação do egresso

Ao final do Curso, há uma ampla variedade de áreas de atuação que o egresso do Curso Técnico Subsequente em Administração poderá atuar, sendo algumas:

- a) indústrias do setor produtivo, dos mais variados tipos, como: alimentos; mineração; química; siderurgia; automotivo; infraestrutura;
- b) automação da manufatura;
- c) unidades produtoras de matérias-primas diversas;
- d) empresas prestadoras de serviços, tais como: instituições financeiras; comércio; construção civil; transporte aéreo; escritórios e consultórios de profissionais liberais; empresas de serviços básicos, como energia elétrica e telecomunicações;
- e) empresas de consultoria e implementação de sistemas de produção;
- f) instituições públicas;
- g) organizações do terceiro setor;
- h) universidades e centros de pesquisa.

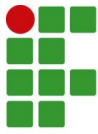
28. Diplomação do egresso:

Técnico (a) em Administração.

V – ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO

29. Matriz Curricular:

Componente Curricular	CH Total	CH EaD
Rotinas Administrativas	80	16
Comportamento Organizacional e Gestão de Pessoas	80	16
Informática Básica	40	8
Comunicação e Expressão I	40	8
Matemática Aplicada à Administração I	40	8
Organização, Sistema e Métodos	80	16
Responsabilidade Social e Sustentabilidade	40	8
Carga Horária 1º Semestre	400	80
Administração da Produção e Logística	80	16
Matemática Aplicada à Administração II	40	8
Administração da Qualidade	40	8
Administração Estratégica e de Marketing	80	16
Comunicação e Expressão II	40	8

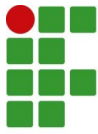


Rotinas Financeiras	40	8
Empreendedorismo	80	16
Carga Horária 2º Semestre	400	80
Estágio	0	0
Carga Horária Total	800	160

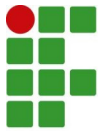
30. Componentes curriculares:

Semestre I

Unidade Curricular: Rotinas Administrativas	CH Total*: 80	Semestre: I
CH EaD*: 16 horas	CH Laboratório*: 0	
Objetivos: Analisar o ambiente organizacional; Classificar os tipos de organizações; Utilizar ferramentas inerentes às funções administrativas (planejamento, organização, liderança e controle); Executar rotinas de escritório, de arquivamento e organização de documentos.		
Conteúdos: 1. Conceitos básicos da administração; 2. Conceitos do ambiente organizacional (Externo e Interno); 3. Tipologia e classificação das organizações e suas estruturas; 4. Funções administrativas (planejamento, organização, liderança e controle); 5. Rotinas de escritório; 6. Sistemas de documentação e arquivos.		
Metodologia de Abordagem: Aulas Expositivas Dialogadas; Dinâmicas de grupo; Estudos Dirigidos com foco na pesquisa; Discussão em Grupo a partir da apresentação de problemas reais; Trabalhos Individuais a partir da apresentação de problemas reais e desenvolvimento de pesquisas para buscar soluções; Trabalhos em Grupo a partir da apresentação de problemas reais e desenvolvimento de pesquisas para buscar soluções; Aulas em Laboratório para uso de ferramentas informacionais buscando a interdisciplinaridade com a UC de Informática Básica e Pesquisas em geral que visem promover a autonomia na busca do conhecimento. Aulas e atividades síncronas e assíncronas ocorrerão por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (Sigaa, Moodle), utilizando os materiais, recursos e tecnologias que permitem desenvolver a cooperação entre discentes e docentes, a reflexão sobre o conteúdo das disciplinas e a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional. Utilizar-se-á ferramentas/recursos do Sigaa/Moodle, tais como: fóruns, vídeo-aulas, enquetes, chat, dentre outras. O AVA passará por avaliações periódicas devidamente documentadas, que resultam em ações de melhoria contínua.		
Bibliografia Básica: CHIAVENATO, Idalberto. Administração: teoria, processo e prática . 5. ed. Barueri, SP: Manole, 2014. LLATAS, Maria Virginia. OSM organização, sistemas e métodos: uma visão contemporânea . São Paulo: Pearson, 2011.		
Bibliografia Complementar: BATEMAN, Thomas S. Administração: liderança e colaboração no mundo competitivo . São Paulo, SP: McGraw, 2007. BERNARDI, Luiz Antonio. Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à administração . 8. ed. São Paulo: Atlas, 2011.		
Unidade Curricular: Comportamento Organizacional e Gestão de Pessoas	CH Total*: 80	Semestre: I



CH EaD*: 16 horas	CH Laboratório*: 0
<p>Objetivos: Compreender as questões que envolvem o comportamento dos indivíduos nas organizações. Desenvolver habilidades para o trabalho em equipe. Aprender técnicas para a gestão de conflitos. Reconhecer características da liderança. Conhecer elementos e princípios sobre relacionamento pessoal no ambiente de trabalho. Compreender as diferenças entre recursos humanos e gestão de pessoas. Conhecer políticas e práticas de gestão de pessoas. Aplicar rotinas de departamento de pessoal.</p>	
<p>Conteúdos: Conceitos de comportamento organizacional; O indivíduo e a organização; Teorias da Motivação; Trabalho em Equipe; Liderança; Gestão de Conflitos; Comunicação e Relações Interpessoais; Conceitos de Gestão de Pessoas; Processos de Gestão de Pessoas (Descrição de Cargos; Recrutamento e Seleção; Treinamento e Desenvolvimento; Avaliação de Desempenho; Saúde e Segurança e Qualidade de vida no trabalho); e Rotinas do departamento de pessoal.</p>	
<p>Metodologia de Abordagem: Os conteúdos serão desenvolvidos de forma integrada, de modo que haja uma contextualização do conhecimento adquirido e a aplicação em uma comunidade de prática. Dessa forma, serão usados estudos dirigidos, promovendo a discussão em grupos, aulas em Laboratório de informática, aplicação de técnicas vivenciais e incentivo o aprender a aprender inserindo o estudante no mundo do trabalho. Aulas e atividades síncronas e assíncronas ocorrerão por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (Sigaa, Moodle), utilizando os materiais, recursos e tecnologias que permitem desenvolver a cooperação entre discentes e docentes, a reflexão sobre o conteúdo das disciplinas e a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional. Utilizar-se-á ferramentas/recursos do Sigaa/Moodle, tais como: fóruns, vídeo-aulas, enquetes, chat, dentre outras. O AVA passará por avaliações periódicas devidamente documentadas, que resultam em ações de melhoria contínua. A avaliação será processual e diagnóstica, acompanhando o desempenho do aluno na constituição das competências requeridas para o exercício profissional, numa constante prática de ação – reflexão – ação de todos os elementos envolvidos no processo ensino-aprendizagem.</p>	
<p>Bibliografia Básica: CHIAVENATO, I. Gestão de pessoas. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. PONTELO, J. F.; CRUZ, L. A. M. Gestão de pessoas: manual de rotinas trabalhistas. 7. ed. Brasília, DF: Senac, 2013. PEARSON. Administração de recursos humanos. São Paulo: Pearson, 2010. ROBBINS, S. Fundamentos do comportamento organizacional. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009. VECCHIO, R. P. Comportamento organizacional: conceitos básicos. São Paulo: Cengage Learning, 2008.</p>	
<p>Bibliografia Complementar: FRANÇA, Ana Cristina Limongi. Práticas de recursos humanos - PRH: conceitos, ferramentas e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2010. GIL, Antonio Carlos. Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016. LACOMBE, F. J. M. Recursos humanos: princípios e tendências. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.</p>	



LAPOLLI, Édis Mafra; FRANZONI, Ana Maria Benciveni; LAPOLLI, Juliana (org.). **Gestão de pessoas em organizações empreendedoras, volume 8**. Florianópolis: Pandion, 2013.

Unidade Curricular: Informática Básica	CH Total*: 40	Semestre: I
CH EaD*: 8 horas	CH Laboratório*: 32 horas	
Objetivos: Utilizar os sistemas acadêmicos do IFSC; Aplicar as tecnologias da informação para auxiliar nas tarefas cotidianas; Utilizar processadores de planilhas de cálculos, softwares de apresentação, ferramentas da internet e programas de uso específico da área.		
Conteúdos: Ferramentas online: correio eletrônico; pesquisas e armazenamento na grande rede; ferramentas de armazenamento na nuvem; Organização e armazenamento de documentos: sistemas operacionais; pesquisar na internet; manipulação de arquivos e pastas; Editoração de textos: formatação de textos e documentos; criação de tabelas; inserção de imagens; Construção de planilhas inteligentes: trabalho com planilhas eletrônicas; inserção de funções básicas e intermediárias nas planilhas; Desenvolvimento de apresentações: criação e personalização de apresentações de slides.		
Metodologia de Abordagem: Os conteúdos serão desenvolvidos de forma integrada ao mundo do trabalho, incentivando o estudante a realizar a prática no laboratório de informática e promovendo a construção do conhecimento de forma individual e em grupo, priorizando atividades interdisciplinares com as Unidades Curriculares do Semestre I. Aulas e atividades síncronas e assíncronas ocorrerão por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (Sigaa, Moodle), utilizando os materiais, recursos e tecnologias que permitem desenvolver a cooperação entre discentes e docentes, a reflexão sobre o conteúdo das disciplinas e a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional. Utilizar-se-á ferramentas/recursos do Sigaa/Moodle, tais como: fóruns, vídeo-aulas, enquetes, chat, dentre outras. O AVA passará por avaliações periódicas devidamente documentadas, que resultam em ações de melhoria contínua..		
Bibliografia Básica: CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. Introdução à informática . 8. ed. São Paulo: Pearson, 2004. MORIMOTO, Carlos Eduardo. Hardware II: o guia definitivo . Porto Alegre: Sul Editores, 2010.		
Bibliografia Complementar: LEITE, Andre de Oliveira. Sistemas operacionais . Florianópolis: IFSC, 2009. NUNES, Rosemeri Coelho. Introdução à informática . Florianópolis: IFSC, 2009. SOARES, Flávio Augusto Penna. Processamento eletrônico de documentos . Florianópolis: IFSC, 2009.		

Unidade Curricular: Comunicação e Expressão I	CH Total*: 40	Semestre: I
CH EaD*: 8 horas	CH Laboratório*: 0	
Objetivos: Conhecer os princípios da boa redação. Ler, interpretar e produzir textos acadêmicos, oficiais, empresariais e comerciais.		
Conteúdos: Revisão gramatical e noções de coesão, coerência e clareza textual; Gêneros textuais usados nas corporações: resumo, resenha, recado, whatsapp, e-mail corporativo, circular, memorando, declaração, ata, requerimento e relatório técnico;		



Gêneros comerciais: recibo, cheque, nota promissória, nota fiscal, fatura e a duplicata.

Metodologia de Abordagem:

Reconhecimento e produção de diversos gêneros textuais pertencentes às esferas acadêmicas, oficiais, comerciais e empresariais; Aulas e atividades síncronas e assíncronas ocorrerão por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (Sigaa, Moodle), utilizando os materiais, recursos e tecnologias que permitem desenvolver a cooperação entre discentes e docentes, a reflexão sobre o conteúdo das disciplinas e a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional. Utilizar-se-á ferramentas/recursos do Sigaa/Moodle, tais como: fóruns, vídeo-aulas, enquetes, chat, dentre outras. O AVA passará por avaliações periódicas devidamente documentadas, que resultam em ações de melhoria contínua. Possibilidade de atividades e/ou projetos interdisciplinares.

Bibliografia Básica:

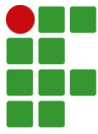
CAMPOS, Ricardo de. **Comunicação técnica: linguagem & correspondência**. Caçador: [s.n.], 2018.
SQUARISI, Dad; SALVADOR, Arlete. **A arte de escrever bem**. São Paulo: Contexto, 2015. 105 p.

Bibliografia Complementar:

FERREIRA, Reinaldo Mathias. **Correspondência comercial e oficial: com técnicas de redação**. 13.ed. São Paulo: Ática, 1998. 238 p., il.
GUIMARÃES, Elisa. **A articulação do texto**. 9. ed. São Paulo: Ática, 2006. 87 p. (Princípios, 182).
OLIVEIRA, Jorge Leite de. **Texto acadêmico: técnicas de redação e de pesquisa científica**. 10. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Vozes, 2005. 232 p.

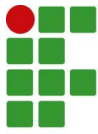
Unidade Curricular: Matemática Aplicada à Administração I	CH Total*: 40	Semestre: I
CH EaD*: 8 horas	CH Laboratório*: 32	
Objetivos: Compreender e aplicar os conceitos de razão e proporção, porcentagem, regra de três simples e composta, equações e sistemas lineares e estatística básica em práticas administrativas; Utilizar calculadora científica.		
Conteúdos: Razão e proporção; Porcentagem; Regra de três simples e composta; Equações e sistemas lineares; Estatística básica.		
Metodologia de Abordagem: Aulas expositivas dialogadas; Aulas de exercícios; Discussões em grupos; Trabalhos Individuais e em grupos; Provas Escritas; Pesquisas conduzidas nos laboratórios de informática e matemática; Utilização de Softwares e aplicativos; Aulas e atividades síncronas e assíncronas ocorrerão por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (Sigaa, Moodle), utilizando os materiais, recursos e tecnologias que permitem desenvolver a cooperação entre discentes e docentes, a reflexão sobre o conteúdo das disciplinas e a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional. Utilizar-se-á ferramentas/recursos do Sigaa/Moodle, tais como: fóruns, vídeo-aulas, enquetes, chat, dentre outras. O AVA passará por avaliações periódicas devidamente documentadas, que resultam em ações de melhoria contínua.		
Bibliografia Básica: SCHWERTL, S. L. Matemática básica . 2. ed., rev. e atual. Blumenau: Edifurb, 2010. CRESPO, A. A. Estatística fácil . 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.		
Bibliografia Complementar: YOUSSEF, A. N.; FERNANDEZ, V. P. Matemática: para 2º grau . 2. ed. São Paulo: Scipione, 1991. MARTINS, G. A., DONAIRE D. Princípios de estatística . São Paulo: Atlas 2010. FARBER, B.; LARSON, R. Estatística aplicada . 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.		

Unidade	Curricular:	Responsabilidade	Social	e	CH Total*: 40	Semestre: I
----------------	--------------------	-------------------------	---------------	----------	----------------------	--------------------



Sustentabilidade		
CH EaD*: 8 horas	CH Laboratório*: 0	
Objetivos: Desenvolver uma visão crítica sobre as questões que envolvem o desenvolvimento sustentável; Aplicar a ética nas práticas profissionais; Reconhecer e propor práticas de responsabilidade social empresarial interna e externa; Organizar e executar projetos sociais.		
Conteúdos: Empresas e Sociedade: Desenvolvimento sustentável e crescimento econômico; Sustentabilidade e suas dimensões; Ética e Responsabilidade Social; Responsabilidade Social Empresarial; Gestão social e ambiental. Desenho Universal e Acessibilidade.		
Metodologia de Abordagem: Aulas Expositivas Dialogadas; Dinâmicas de grupo; Apresentação de Seminários que visem trabalhar a visão crítica; Estudos Dirigidos com foco na pesquisa; Discussão em Grupo a partir da apresentação de problemas reais; Trabalhos Individuais a partir da apresentação de problemas reais e desenvolvimento de pesquisas para buscar soluções; Trabalhos em Grupo a partir da apresentação de problemas reais e desenvolvimento de pesquisas para buscar soluções; Aulas em Laboratório para uso de ferramentas informacionais buscando a interdisciplinaridade com a UC de Informática Básica e Pesquisas em geral que visem promover a autonomia na busca do conhecimento. Aulas e atividades síncronas e assíncronas ocorrerão por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (Sigaa, Moodle), utilizando os materiais, recursos e tecnologias que permitem desenvolver a cooperação entre discentes e docentes, a reflexão sobre o conteúdo das disciplinas e a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional. Utilizar-se-á ferramentas/recursos do Sigaa/Moodle, tais como: fóruns, vídeo-aulas, enquetes, chat, dentre outras. O AVA passará por avaliações periódicas devidamente documentadas, que resultam em ações de melhoria contínua.		
Bibliografia Básica: BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012. PONCHIROLLI, O. Ética e responsabilidade social empresarial. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2011.		
Bibliografia Complementar: MANO, E. B. Meio ambiente, poluição e reciclagem. São Paulo: Edgar Blucher, 2009. SEIFFERT, M. E.B. ISO 14001 Sistemas de gestão ambiental. 3. ed. São Paulo: Atlas. 2007. SILVA, C. L (Org.). Desenvolvimento sustentável: um modelo analítico integrado e adaptativo. 2. ed. Petrópolis: Vozes. 2008. VILELA JÚNIOR, A.; DEMAJOROVIC, J. (org.). Modelos e ferramentas de gestão ambiental: desafios e perspectivas para as organizações. 2. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2010.		

Unidade Curricular: Organização, Sistemas e Métodos	CH Total*: 80	Semestre: I
CH EaD*: 16 horas	CH Laboratório*: 0	
Objetivos: Situar o contexto e conceitos de OSM dentro das rotinas organizacionais. Entender o que são processos para poder desempenhar as atribuições de OSM. Saber as diferenças entre Organizações Privadas e Entidades sem Fins Lucrativos para conseguir auxiliar na concepção e operacionalização de novos negócios/empreendimentos.		



Identificar, sistematizar e interpretar informações do contexto organizacional (ambiente interno e externo) a fim de auxiliar a gestão na tomada de decisão.
Identificar os gargalos nas rotinas e processos organizacionais em sistemas já ativos;
Elaborar planos de ação para mudanças organizacionais aplicando as ferramentas de suporte de OSM para que a empresa volte a operar em perfeita harmonia.

Conteúdos:

Introdução ao estudo de organizações, sistemas e métodos;
Profissional de sistemas, organização e métodos;
Gestão de processos;
Metodologia de levantamento, análise, desenvolvimento e implementação de métodos administrativos;
Estrutura organizacional;
Departamentalização;
Linha e assessoria;
Unidades organizacionais;
Delegação, centralização e descentralização;
Amplitude de controle e níveis hierárquicos;
Técnicas de representação gráfica;
Formulários;
Arranjo físico;
Manuais administrativos

Metodologia de Abordagem:

Aulas expositivas dialogadas; dinâmicas e discussões de grupo; estudos dirigidos juntando a teoria com a prática do mundo do trabalho; trabalhos individuais e em grupos, visitas técnicas. Aulas e atividades síncronas e assíncronas ocorrerão por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (Sigaa, Moodle), utilizando os materiais, recursos e tecnologias que permitem desenvolver a cooperação entre discentes e docentes, a reflexão sobre o conteúdo das disciplinas e a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional. Utilizar-se-á ferramentas/recursos do Sigaa/Moodle, tais como: fóruns, vídeo-aulas, enquetes, chat, dentre outras. O AVA passará por avaliações periódicas devidamente documentadas, que resultam em ações de melhoria contínua.

Bibliografia Básica:

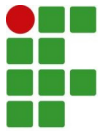
ARAUJO, L. C. G. **Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
CURY, A. **Organização e métodos: uma visão holística**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
LLATAS, M. V. **Organização, sistemas e métodos: uma visão contemporânea**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

Bibliografia Complementar:

CHIAVENATO, I. **Administração: teoria, processo e prática**. 5. ed. Barueri: Manole, 2014.
DAFT, R. L. **Administração**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
DORNELAS, J.; SPINELLI JR., S.; ADAMS JR., R. J. **Criação de novos negócios: empreendedorismo para o século 21**. 2. ed. São Paulo: Campus/Elsevier, 2014.
OLIVEIRA, D. P. R. **Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial**. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

Semestre II

Unidade Curricular: Administração da Produção e Logística	CH Total*: 80	Semestre: II
CH EaD*: 16 horas	CH Laboratório*: 0	
Objetivos: Compreender conceitos de gestão de produção e logística.		



Executar rotinas administrativas nas áreas de produção de bens e de serviços;

Conteúdos:

Conceitos e princípios da gestão da produção;
Introdução ao PCP:
Just In Time;
Arranjo Físico;
Previsão de demanda;
Gestão de logística;
Cadeia de suprimentos;
Movimentação de materiais e os equipamentos utilizados;
Logística reversa.

Metodologia de Abordagem:

Aulas presenciais e remotas, sendo que as aulas remotas poderão ser síncronas ou assíncronas. Tendo como metodologias: Aulas expositivas dialogadas; dinâmicas e discussões de grupo; aulas com exercícios práticos; trabalhos e exercícios individuais e em equipe, palestras técnicas com convidados, entre outros. Aulas e atividades síncronas e assíncronas ocorrerão por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (Sigaa, Moodle), utilizando os materiais, recursos e tecnologias que permitem desenvolver a cooperação entre discentes e docentes, a reflexão sobre o conteúdo das disciplinas e a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional. Utilizar-se-á ferramentas/recursos do Sigaa/Moodle, tais como: fóruns, vídeo-aulas, enquetes, chat, dentre outras. O AVA passará por avaliações periódicas devidamente documentadas, que resultam em ações de melhoria contínua.

Bibliografia Básica:

BALLOU, R. H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos/logística empresarial**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
DIAS, Marco Aurélio. **Administração de materiais: uma abordagem logística**. São Paulo: Atlas, 2010.
SLACK, N; CHAMBERS, S; JOHNSTON, R. **Administração da produção**. São Paulo: Atlas, 2009.
CORRÊA, C. A.; CORRÊA, H. L. **Administração de produção e operações: manufatura e serviços, uma abordagem estratégica**. São Paulo: Atlas, 2006.

Bibliografia Complementar:

MOREIRA, D. A. **Administração da produção e operações**. Rio de Janeiro: Cengage Learning, 2009.
KRAJEWSKI, L.; RITZMAN, L.; MALHOTRA, M. **Administração de produção e operações**. São Paulo: Pearson, 2009.
MARTINS, P. G.; CAMPOS, P. R. **Administração de materiais e recursos patrimoniais**. São Paulo: Saraiva, 2011.
DIAS, M. A. **Administração de materiais: princípios, conceitos e gestão**. São Paulo: Atlas, 2009.

Unidade Curricular: Matemática Aplicada à Administração II	CH Total*: 40	Semestre: II
CH EaD*: 8 horas	CH Laboratório*: 32	
Objetivos: Desenvolver a teoria da matemática financeira para compreender sua aplicabilidade; Identificar e compreender os conceitos das taxas usadas pelo mercado e aprender a fazer conversões dessas taxas; Utilizar calculadora financeira.		
Conteúdos: Juros Simples; Desconto Simples; Taxas (proporcional, equivalente, nominal, efetiva, real e aparente); Juros compostos; Taxas equivalentes para juros compostos;		



Planos de amortização;
Inflação e correção.

Metodologia de Abordagem:

Aulas expositivas dialogadas; Aulas de exercícios; Discussões em grupos; Trabalhos Individuais e em grupos; Provas Escritas; Pesquisas conduzidas em laboratório de informática; Utilização de Softwares e aplicativos; Aulas e atividades síncronas e assíncronas ocorrerão por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (Sigaa, Moodle), utilizando os materiais, recursos e tecnologias que permitem desenvolver a cooperação entre discentes e docentes, a reflexão sobre o conteúdo das disciplinas e a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional. Utilizar-se-á ferramentas/recursos do Sigaa/Moodle, tais como: fóruns, vídeo-aulas, enquetes, chat, dentre outras. O AVA passará por avaliações periódicas devidamente documentadas, que resultam em ações de melhoria contínua.

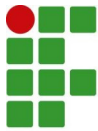
Bibliografia Básica:

WAKAMATSU, A. **Matemática financeira**. São Paulo: Pearson, 2012.
SAMANEZ, C. P. **Matemática financeira**. 5. ed. São Paulo: Pearson /Prentice Hall, 2010.

Bibliografia Complementar:

FREITAS, M. T. M. **Matemática para administradores**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.
PUCCINI, Abelardo Lima. **Matemática financeira: objetiva e aplicada**. São Paulo: Elsevier 2011.
MACEDO, L. R. D.; CASTANHEIRAS, N. P. **Matemática financeira aplicada**. 3. ed., rev. Curitiba: IBPEX, 2010.

Unidade Curricular: Comunicação e Expressão II	CH Total*: 40	Semestre: II
CH EaD*: 8 horas	CH Laboratório*: 0	
Objetivos: Conhecer as técnicas, princípios e abordagens para uma boa comunicação com o público externo: clientes e visitantes; Saber manter uma boa comunicação e gerenciar conflitos com o público interno: colegas de trabalho e chefia; Conhecer os princípios do autoconhecimento, da comunicação assertiva e a importância da comunicação não-verbal; Saber produzir um currículo apropriado e portar-se adequadamente durante uma entrevista de emprego.		
Conteúdos: Atendimento a clientes e visitantes, atendimento telefônico, falar em público; Comunicação interpessoal, como lidar com pessoas difíceis no trabalho, gerenciamento de conflitos; Autoconhecimento, comunicação assertiva e comunicação não-verbal. Currículo e entrevista de emprego.		
Metodologia de Abordagem: Produções escritas ou em áudio como relatos, questionários e fóruns e a organização de webconferências com a participação de convidados palestrantes; Aulas e atividades síncronas e assíncronas ocorrerão por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (Sigaa, Moodle), utilizando os materiais, recursos e tecnologias que permitem desenvolver a cooperação entre discentes e docentes, a reflexão sobre o conteúdo das disciplinas e a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional. Utilizar-se-á ferramentas/recursos do Sigaa/Moodle, tais como: fóruns, vídeo-aulas, enquetes, chat, dentre outras. O AVA passará por avaliações periódicas devidamente documentadas, que resultam em ações de melhoria contínua. Possibilidade de atividades e/ou projetos interdisciplinares.		
Bibliografia Básica: ANTUNES, Celso. A arte de comunicar . 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. CAMPOS, Ricardo de. Comunicação técnica: linguagem & correspondência . Caçador: [s.n.], 2018.		
Bibliografia Complementar: BORG, James. A arte da linguagem corporal: diga tudo o que pensa sem precisar falar . São Paulo: Saraiva, 2011. COMERLATTO, Tadeu. Atendimento ao público: alta performance . São José: Ed. Perfil Brasileiro,		



[2009?].
CORTELLA, Mario Sergio. **A sorte segue a coragem**: oportunidades, competências e tempos de vida. São Paulo: Planeta, 2018.
POLITO, Reinaldo; POLITO, Rachel. **29 minutos para falar bem em público**. Rio de Janeiro: Sextante, 2015.

Unidade Curricular: Administração da Qualidade	CH Total*: 40	Semestre: II
CH EaD*: 8	CH Laboratório*: 0	
Objetivos: Conhecer os conceitos de gestão da qualidade. Compreender e aplicar ferramentas da qualidade no contexto organizacional.		
Conteúdos: Introdução ao sistema de gestão da qualidade total; Ferramentas da qualidade; Gestão por processos; Gerenciamento de Rotinas; Normas e Certificação do sistema de gestão da qualidade.		
Metodologia de Abordagem: Aulas presenciais e remotas, sendo que as aulas remotas poderão ser síncronas ou assíncronas. Aulas e atividades síncronas e assíncronas ocorrerão por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (Sigaa, Moodle), utilizando os materiais, recursos e tecnologias que permitem desenvolver a cooperação entre discentes e docentes, a reflexão sobre o conteúdo das disciplinas e a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional. Utilizar-se-á ferramentas/recursos do Sigaa/Moodle, tais como: fóruns, vídeo-aulas, enquetes, chat, dentre outras. O AVA passará por avaliações periódicas devidamente documentadas, que resultam em ações de melhoria contínua. As aulas presenciais terão como metodologias: aulas expositivas dialogadas; dinâmicas e discussões de grupo; aulas com exercícios práticos; trabalhos e exercícios individuais e em equipe, palestras técnicas com convidados, entre outros.		
Bibliografia Básica: PALADINI, E. P.. Gestão de qualidade : teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2011. MIGUEL, P. A. C. Qualidade : enfoques e ferramentas. São Paulo, SP: Artliber, 2012.		
Bibliografia Complementar: SLACK, N; CHAMBERS, S; JOHNSTON, R. Administração da produção . São Paulo: Atlas, 2009. CAMPOS, V. F. TQC : controle da qualidade total no estilo japonês. Belo Horizonte: IDG, 1999. ROBLES JUNIOR, A; BONELLI, V. V. Gestão da qualidade e do meio ambiente . São Paulo: Atlas, 2010. CARVALHO, P. C. O programa 5S e a qualidade total . Campinas: Alínea, 2011. RIBEIRO, H. A bíblia do 5S : da implantação à excelência. Salvador: Casa da Qualidade, 2006.		

Unidade Curricular: Administração Estratégica e de Marketing	CH Total*: 80	Semestre: II
CH EaD*: 16 horas	CH Laboratório*: 0	
Objetivos: Conhecer o conceito e os tipos de estratégia. Saber realizar um planejamento estratégico. Compreender o que é marketing e qual a sua atribuição. Saber analisar o ambiente de marketing.		



Conhecer estratégias mercadológicas.
Saber realizar pesquisa de mercado.
Conhecer marketing de serviços.
Conhecer marketing digital.
Saber administrar redes sociais.
Conhecer técnicas de vendas.

Conteúdos:

Conceito de estratégia;
Tipos de estratégia;
Níveis da estratégia;
Planejamento estratégico.

Conceito e evolução do Marketing;
Ambiente de Marketing: microambiente e macroambiente;
Necessidades, desejos, demandas e o processo de decisão de compra;
Composto de Marketing (produto, preço, promoção, praça) e sua operacionalização;
Estratégias mercadológicas;
Valor, satisfação e qualidade;
Pesquisa de Mercado;
Marketing de Serviços;
Marketing digital;
Administração de redes sociais;

Introdução à administração de vendas;
Técnicas de vendas.

Metodologia de Abordagem:

As aulas presenciais e remotas poderão ser síncronas ou assíncronas, e se beneficiarão de metodologias como: aula expositiva dialogada, aula de exercícios, estudo dirigido, discussões em grupo, trabalhos individuais e em grupo, seminários, pesquisas a partir de problemáticas pré definidas, estudos de caso, palestras com convidados, entre outros.

Espera-se dessa forma contemplar os aspectos que resultam em uma metodologia híbrida, que envolve elementos da sala de aula tradicional, como por exemplo aulas expositivas e dialogadas, combinadas com outras metodologias buscando aperfeiçoar o aprendizado do aluno.

Caberá ao professor propiciar o exercício contínuo e contextualizado dos processos de mobilização, articulação, reelaboração e aplicação do conhecimento.

A avaliação será processual e diagnóstica, acompanhando o desempenho do aluno na constituição das competências requeridas para o exercício profissional, numa constante prática de ação – reflexão – ação de todos os elementos envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

Bibliografia Básica:

PALADINI, E. P. **Gestão de qualidade:** teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2011.
MIGUEL, P. A. C. **Qualidade:** enfoques e ferramentas. São Paulo, SP: Artliber, 2012.

Bibliografia Complementar:

CHIAVENATO, I.; SAPIRO, A. **Planejamento estratégico:** fundamentos e aplicações. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

DAFT, R. L. **Administração.** São Paulo: Cengage Learning, 2010.

DORNELAS, J.; SPINELLI JR., S.; ADAMS JR., R. J. **Criação de novos negócios:** empreendedorismo para o século 21. 2. ed. São Paulo: Campus/Elsevier, 2014.

KERIN, R. A. **Marketing.** 8. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

GREWAL, D.; LEVY, M. **Marketing.** 2. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.

HOOLEY, G.; PIERCY, N. F.; NICOLAUD, B. **Estratégia de marketing e posicionamento competitivo.** 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

PORTER, M. E. **Estratégia competitiva:** técnicas para análise de indústrias e da concorrência. 2 ed. Rio



de Janeiro: Elsevier, 2004.

Unidade Curricular: Empreendedorismo	CH Total*: 80	Semestre: II
CH EaD*: 16 horas	CH Laboratório*: 0	
Objetivos: Conhecer os conceitos de empreendedorismo. Identificar o perfil empreendedor. Desenvolver um modelo de negócio. Aplicar os conhecimentos de empreendedorismo na área de administração.		
Conteúdos: Introdução ao empreendedorismo; O trabalho do empreendedor e suas perspectivas; Perfil e características empreendedoras; Ideia <i>versus</i> Oportunidade; Processo empreendedor; Modelos de Plano de Negócios; Modelagem de Negócios: Canvas; Formas jurídicas para a constituição de empresas.		
Metodologia de Abordagem: As aulas presenciais e remotas poderão ser síncronas ou assíncronas, e se beneficiarão de metodologias como: aula expositiva dialogada, aula de exercícios, estudo dirigido, discussões em grupo, trabalhos individuais e em grupo, seminários, pesquisas a partir de problemáticas pré definidas, estudos de caso, palestras com convidados, entre outros, priorizando atividades interdisciplinares com as Unidades Curriculares do Semestre II. Aulas e atividades síncronas e assíncronas ocorrerão por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (Sigaa, Moodle), utilizando os materiais, recursos e tecnologias que permitem desenvolver a cooperação entre discentes e docentes, a reflexão sobre o conteúdo das disciplinas e a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional. Utilizar-se-á ferramentas/recursos do Sigaa/Moodle, tais como: fóruns, vídeo-aulas, enquetes, chat, dentre outras. O AVA passará por avaliações periódicas devidamente documentadas, que resultam em ações de melhoria contínua. Espera-se dessa forma contemplar os aspectos que resultam em uma metodologia híbrida, que envolve elementos da sala de aula tradicional, como por exemplo aulas expositivas e dialogadas, combinadas com outras metodologias buscando aperfeiçoar o aprendizado do aluno. Caberá ao professor propiciar o exercício contínuo e contextualizado dos processos de mobilização, articulação, reelaboração e aplicação do conhecimento. A avaliação será processual e diagnóstica, acompanhando o desempenho do aluno na constituição das competências requeridas para o exercício profissional, numa constante prática de ação – reflexão – ação de todos os elementos envolvidos no processo ensino-aprendizagem.		
Bibliografia Básica: BARON, R. A.; SHANE, S. A. Empreendedorismo: uma visão do processo. São Paulo: Thomson Learning, 2007. BERNARDI, L. A. Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. CHIAVENATO, I. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. 4. ed. Barueri, SP: Manole, 2012.		
Bibliografia Complementar: DOLABELA, Fernando. O segredo de Luísa: uma idéia, uma paixão e um plano de negócios - como nasce o empreendedor e se cria uma empresa. Rio de Janeiro: Sextante, 2008. DORNELAS, José; SPINELLI JR., Stephen; ADAMS JR., Robert J. Criação de novos negócios:		



empreendedorismo para o século 21. 2. ed. São Paulo: Elsevier, 2014.
INSTITUTO EMPREENDEDOR ENDEAVOR (org.). **Como fazer uma empresa dar certo em um país incerto**: conselhos e lições de 51 dos empreendedores mais bem-sucedidos do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
KAWASAKI, G. **A arte do começo**: o guia definitivo para iniciar o seu projeto. 3. ed. Rio de Janeiro: Bestseller, 2010.
ROSA, Cláudio Afrânio. **Como elaborar um plano de negócios**. Brasília, DF: SEBRAE, 2007.

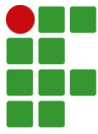
Unidade Curricular: Rotinas Financeiras	CH Total*: 40	Semestre: II
CH EaD*: 8 horas	CH Laboratório*: 0	
Objetivos: Compreender os conceitos relacionados às rotinas financeiras. Aplicar as rotinas financeiras.		
Conteúdos: Controle de contas a pagar; Controle de contas a receber; Fluxo de caixa; Registro diário de caixa; Movimento bancário; Consulta de clientes nos órgãos de cadastro; Documentos contábeis.		
Metodologia de Abordagem: Aulas expositivas dialogadas; dinâmicas e discussões de grupo; aulas com exercícios práticos juntando a teoria com a prática do mundo do trabalho; trabalhos e exercícios individuais e em equipe, palestras técnicas com convidados. Aulas e atividades síncronas e assíncronas ocorrerão por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (Sigaa, Moodle), utilizando os materiais, recursos e tecnologias que permitem desenvolver a cooperação entre discentes e docentes, a reflexão sobre o conteúdo das disciplinas e a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional. Utilizar-se-á ferramentas/recursos do Sigaa/Moodle, tais como: fóruns, vídeo-aulas, enquetes, chat, dentre outras. O AVA passará por avaliações periódicas devidamente documentadas, que resultam em ações de melhoria contínua.		
Bibliografia Básica: GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira . 12. ed. São Paulo: Pearson, 2010. MARION, J. C. Contabilidade básica . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.		
Bibliografia Complementar: MARION, J. C. Contabilidade empresarial . 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012. MATARAZZO, D. C. Análise financeira de balanços : abordagem gerencial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 2009. PADOVESI, C. L. Curso básico gerencial de custos . 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.		

31. Certificações intermediárias:

Assistente Administrativo – Após conclusão do 1º semestre – 400 horas.

32. Estágio curricular supervisionado (não-obrigatório):

O estágio classificado como não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional pelo estudante maior de 16 anos, ou seja, não é requisito para aprovação e obtenção do diploma. Apesar disso, é considerado ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo. Além de integrar o itinerário formativo do estudante, visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional do técnico em administração, bem como à



contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o mundo do trabalho.

Além disso, a prática de estágio constitui-se como um momento no qual discente e orientador(a), ouvido o supervisor de estágio, podem refletir de forma crítica sobre as atividades desenvolvidas no estágio, buscando identificar as dificuldades encontradas, contextualizar os conceitos abordados em sala de aula, propor soluções, sugerir alterações e até mesmo reformulações na grade curricular do curso. Pode-se dizer que o estágio é um modelo de plena interação entre ensino, pesquisa e extensão, proporcionando inclusive condições para avaliar o perfil de nosso futuro egresso antes da conclusão do seu curso. O estágio no IFSC deverá ser planejado, executado, orientado, supervisionado e avaliado em conformidade com a legislação vigente, a resolução CEPE/IFSC N° 74 de 08 de dezembro de 2016, os currículos, os programas e o calendário acadêmico do IFSC.

VI – METODOLOGIA E AVALIAÇÃO

33. Metodologia de desenvolvimento pedagógico do curso:

A elaboração desse currículo é baseada em objetivos e implica em ações pedagógicas que possibilitem ao aluno de forma solidária a construção do conhecimento. Nesse processo, a construção de novos saberes se dá em espaços em que alunos e professores são sujeitos de uma relação crítica e criadora. Assim, a intervenção pedagógica se dá mediante atividades que privilegiam a relação aluno-professor e aluno-aluno.

Na perspectiva de identificar a prática pedagógica dentro de princípios norteadores de uma ação educativa pautada na responsabilidade de formar cidadãos críticos e conscientes do seu papel na sociedade, partimos do entendimento de Grinspun (1999)¹ que a fundamentação básica da educação tecnológica, resume-se no saber-fazer, saber-pensar e criar, que não se esgota na transmissão de conhecimentos, mas inicia-se na busca da construção de conhecimentos que possibilite transformar e superar o conhecido e ensinado.

Sob essa ótica e na perspectiva do fazer pedagógico da educação profissional, pautada na concepção curricular da construção de objetivos, centrada na aprendizagem, destacam-se as linhas norteadoras deste Projeto de Curso no que diz respeito à metodologia:

- A intervenção pedagógica será estruturada com base na educação de jovens e adultos, na construção do conhecimento, tendo como pressupostos: o aprender a aprender, a contextualização, a pesquisa, a problematização, a aprendizagem significativa, a interdisciplinaridade, e a autonomia;
- O papel do professor consistirá em mediar, facilitar, o ensino e a aprendizagem, a partir de ações planejadas, com objetivo de propiciar o exercício contínuo e contextualizado dos processos de mobilização, articulação, reelaboração e aplicação do conhecimento;
- Os recursos didáticos serão constituídos a partir das unidades curriculares e dos eixos temáticos, na perspectiva de criar situações de aprendizagem, nas quais o aluno participe ativamente na construção das suas competências e habilidades;
- A avaliação será processual e diagnóstica, acompanhando o desempenho do aluno na constituição das competências e habilidades requeridas para o exercício profissional, numa constante prática de ação – reflexão – ação de todos os elementos envolvidos no processo ensino-aprendizagem.
- O conteúdo das unidades curriculares será desenvolvido de forma integrada, de modo que haja uma contextualização do conhecimento adquirido e a prática.

34. Avaliação da aprendizagem:

Com base nas orientações que regulamentam a Educação Profissional, o processo de avaliação a ser adotado pelo Curso Técnico Subsequente em Administração será com foco no desenvolvimento do aluno em relação às habilidades e competências para o exercício da profissão e de sua cidadania.

Cabe dizer que a avaliação do aluno deverá ser processual, portanto, chamaremos de processo avaliativo, que se compromete a valorizar e atender os objetivos listados para cada componente curricular

¹ GRINSPUN, M. P. S. Z. **Educação tecnológica: desafios e perspectivas.** São Paulo: Cortez, 1999.



constituído. Nesse sentido, é um processo cuidadoso e contínuo no qual o aluno deverá demonstrar ativamente seu nível de entendimento acerca de cada objetivo formulado para a unidade curricular, com base em critérios pré-estabelecidos e contidos no plano de ensino de cada docente, cuja revisão deve ser constante.

Além disso, segundo Souza (2005, p. 75-76)², o processo de ensino deve "possibilitar uma reflexão crítica sobre todos os elementos, fatores e momentos que interferem na formação a fim de determinar os resultados alcançados", e considerar todos os agentes como seres humanos imersos em cultura e históricos particulares de vida.

Já o processo avaliativo deverá assumir uma função diagnóstica, formativa e somativa considerando o que, como, por que e para que se está avaliando. Nesse processo, o aluno deve ser um agente ativo e, de antemão, saber o que será avaliado e cujas regras sejam estabelecidas de maneira clara e contando com sua participação.

Neste sentido, buscar-se-á afastar qualquer hipótese de se transformar a avaliação em um ato de exclusão e punição, ao contrário, ao se identificar as dificuldades e propor alternativas para superá-las, se fortalecerá o processo de inclusão.

A cada início de semestre, a coordenação de curso e os professores daquele semestre farão o planejamento de ações que estimulem o aprendizado buscando a interdisciplinaridade para atingir os objetivos de cada Unidade Curricular, e as estratégias de avaliação também podem ocorrer desta maneira.

De acordo com a Resolução nº 41 de 20 de novembro de 2014, que dispõe sobre o Regulamento Didático Pedagógico (RDP), os instrumentos de avaliação serão diversificados e deverão constar no plano de ensino do componente curricular, sempre estimulando o aluno à pesquisa, reflexão, iniciativa, criatividade, laboralidade e cidadania. As ferramentas a serem utilizadas na avaliação, constantes na RDP, deverão ser estabelecidas no plano de ensino. São considerados meios de operacionalização do processo avaliativo: seminários, trabalhos individuais ou em grupo, visitas técnicas, elaborações de relatórios, testes escrito ou oral, demonstrações de técnicas em laboratório, dramatizações, apresentações de trabalho, artigos científicos, portfólios, resenhas, autoavaliações, entre outros, prezando por incluir não somente o desenvolvimento das atividades pedagógicas, mas também a própria realidade vivenciada pelo estudante.

As ferramentas de avaliação da aprendizagem podem ocorrer nos momentos presenciais e remotos, sendo de responsabilidade de cada professor inserir no Plano de Ensino e comunicar à turma com frequência, deixando claros os objetivos de aprendizagem que serão avaliados e as orientações relativas ao formato de entrega das tarefas, datas importantes, entre outras questões para efetivo aproveitamento.

A carga horária dos momentos de ensino remoto e o registro das atividades presenciais utilizarão o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas - SIGAA a fim de ser um espaço de organização, orientação e interação entre professor e estudante.

Priorizar-se-á também a avaliação diagnóstica inicial aplicada de duas formas: uma pela coordenação do curso no início do Curso, com o objetivo de identificar o perfil dos estudantes em termos de caracterização dos indivíduos, acessos às Tecnologias da Informação e Comunicação, e quais são os objetivos individuais para escolha do Curso; e a outra será aplicada por cada Unidade Curricular, com o objetivo de identificar os conhecimentos prévios dos alunos sobre os conteúdos, sendo reaplicada no final do semestre a fim de verificar o desenvolvimento da aprendizagem e atingimento dos objetivos pedagógicos.

Os resultados obtidos no processo avaliativo serão dispostos por componente curricular e disponibilizados por meio eletrônico (SIGAA). Cabe ressaltar que os resultados serão apresentados nos Conselhos de Classe intermediário e final, pois são reuniões de caráter deliberativo e consistem em um espaço para refletir, revisar, tomar decisões sobre a prática educativa e avaliar o aproveitamento dos alunos.

Conforme o Regulamento Didático Pedagógico (RDP) do IFSC, especialmente em seus artigos 96, 97, 98, 99, 100 e 102, o resultado do processo avaliativo será representado por valores inteiros, de 0 (zero) a 10 (dez). Considera-se aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 6 (seis) e comparecer a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária de cada Unidade Curricular. E cabe ao aluno o controle de sua frequência.

No decorrer do período letivo será oportunizada ao aluno a recuperação e retomada de conteúdo, preferencialmente no horário regular de aula. Este processo deverá acontecer de maneira paralela à execução das atividades propostas, por meio da reelaboração de atividades avaliativas consideradas

² SOUZA, N. A. Avaliação de competências: o aperfeiçoamento profissional na área da enfermagem.

Estudos em Avaliação Educacional, v. 16, n. 32, jul./dez. 2005.



insuficientes bem como da oportunidade de realização de outros instrumentos de avaliação, de acordo com a especificidade do componente curricular.

A recuperação de estudos compreenderá a realização de novas atividades pedagógicas no decorrer do período letivo, que possam promover a aprendizagem, conforme disposto na RDP:

“Art. 38. A recuperação de estudos, a que todos os alunos têm direito, compreenderá a realização de novas atividades pedagógicas no decorrer do período letivo, que possam promover a aprendizagem.

§ 1º As novas atividades ocorrerão, preferencialmente, no horário regular de aula, podendo ser criadas estratégias alternativas que atendam necessidades específicas, tais como atividades sistemáticas em horário de atendimento paralelo e estudos dirigidos.

§ 2º Ao final dos estudos de recuperação o aluno será submetido à nova avaliação, cujo resultado será registrado pelo professor, prevalecendo o maior valor entre o obtido na avaliação realizada antes da recuperação e o obtido na avaliação após a recuperação.”

Os alunos que não forem aprovados poderão realizá-las por meio de Estudos Dirigidos, conforme análise no Conselho de Classe, elaborados pelo professor responsável partindo do histórico do estudante, procurando adequar o plano de estudos aos objetivos de aprendizagem ainda não atingidos pelo estudante.

35. Critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores:

O aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores será realizado com base nas normatizações internas do IFSC (RDP e Resolução do Resaber).

36. Atendimento ao discente:

Será oferecido ao discente atendimento individualizado ou coletivo programado com cada professor. Desse modo, cada docente disponibilizará horário determinado especificamente para esse fim. Durante esse período, o professor ficará à disposição, conforme RESOLUÇÃO CEPE/IFSC Nº 100, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2019 para o atendimento de questões pertinentes ao trabalho em sala com suas unidades curriculares, inclusive nos casos de pendências com número inferior a cinco alunos.

Além desse procedimento, os alunos serão assistidos num processo contínuo pelos professores, coordenador de curso e coordenação pedagógica do campus em relação ao seu desempenho acadêmico e frequência, considerando as especificidades de cada aluno e buscando estratégias para possibilitar a conclusão com êxito do curso.

Também deverão ser previstas, de acordo com a disponibilidade orçamentária do campus e editais, monitorias para os alunos, especialmente para disciplinas teórico-práticas, com o objetivo de proporcionar diferentes estratégias de aprendizado. Os alunos com maior facilidade de aprendizado configuram-se como candidatos a monitores. Deste modo, a monitoria terá como finalidade promover a cooperação mútua entre discentes e docentes e a vivência com o professor e com as suas atividades técnico-didáticas.

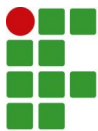
No início de cada semestre, a coordenação do Curso e os professores do Curso daquele semestre realizarão o planejamento das atividades didáticas-pedagógicas para o referido semestre com o objetivo de criarem um Plano de Permanência e Êxito tomando por base o diagnóstico inicial da turma e as demandas do mundo do trabalho.

Os estudantes público-alvo da Educação Especial poderão acessar o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que terá por objetivo identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos acessíveis e recursos de Tecnologia Assistiva que contribuam com a minimização das barreiras físicas, atitudinais, educacionais, comunicacionais e outras que possam interferir na plena participação nas atividades educacionais e sociais.

No que se refere à Assistência Estudantil, o IFSC promove um conjunto de ações, por meio das quais os estudantes têm acesso a atividades desportivas, apoio à participação em eventos, auxílio financeiro para necessidades básicas, tais como alimentação, transporte e material didático, auxílio moradia dentre outras.

As ações e programas da Assistência Estudantil dividem-se em duas formas de atendimento:

I- Atendimento universal aos estudantes:



São ações que promovem o fomento ao desenvolvimento técnico-científico dos estudantes, por meio de bolsas remuneradas a estudantes trabalhadores e não-trabalhadores e incentivo financeiro à participação em eventos/atividades técnico-científicas e publicações que contribuam para sua formação intelectual, acadêmica e profissional, por meio do tripé ensino, pesquisa e extensão; Ações de promoção à saúde, prevenção de doenças e atenção emergencial aos estudantes; Ações de acompanhamento pedagógico ao processo de ensino-aprendizagem dos estudantes; Ações e disponibilização de recursos financeiros para participação dos estudantes em eventos que promovam a ampliação do universo sócio-cultural e artístico dos estudantes, bem como sua inserção em práticas desportivas em articulação intra e interinstitucional; Ações que contribuam para o pleno desenvolvimento do estudante e seu preparo para o exercício da cidadania; Fomento à inserção do estudante em atividades de educação em serviço, visando a integração social e cultural, a iniciação e aperfeiçoamento profissional, de modo a proporcionar a complementação do processo de ensino-aprendizagem através do desenvolvimento de atividades orientadas, vinculadas à área de formação do estudante por meio de estágio obrigatório e estágio não-obrigatório;

II- Atendimento aos estudantes em vulnerabilidade social

O IFSC compreende a vulnerabilidade social como processos de exclusão, discriminação ou enfraquecimento dos grupos sociais e sua capacidade de reação, como situação decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivo relacionais e de pertencimento social. Para atendimento do público em situação de vulnerabilidade o IFSC conta com o Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social. Este programa conta com algumas ações que possibilitam a concessão de auxílios de cunho financeiro como o Auxílio Permanência, Auxílio Compulsório, o Auxílio Ingressante Cotista Renda Inferior a 1,5 Salários Mínimos e o Auxílio Emergencial.

O auxílio permanência destina-se ao estudante com dificuldade de prover as condições necessárias para a permanência e o êxito durante o percurso escolar.

O auxílio compulsório é destinado aos estudantes inscritos no CadÚnico, os matriculados em cursos PROEJA e os matriculados em cursos que façam parte de ações voltadas a públicos estratégicos receberá, compulsoriamente, auxílio financeiro mensal estabelecido em edital que será concedido no correspondente ao calendário acadêmico, até a conclusão do curso.

O auxílio emergencial, de caráter eventual, destina-se a atender estudante matriculado em cursos presenciais e em situação financeira adversa e não previsível que impossibilite a permanência e o êxito no percurso acadêmico.

O auxílio ingressante cotista com renda inferior a 1,5 salários-mínimos destina-se ao estudante ingressante por cotas, em cursos presenciais, com renda familiar bruta per capita inferior a 1,5 salários-mínimos, após deferimento pela comissão de análise de renda.

37. Atividade em EaD:

Conforme prevê a resolução do CEPE/IFSC nº 04 de 16 de março de 2017, o curso Técnico Subsequente em Administração poderá funcionar na modalidade presencial, e ofertar integral ou parcialmente, componentes curriculares na modalidade a distância, respeitado o limite de 20% da carga horária total do curso, conforme legislação vigente.

Desse modo, sendo uma alternativa, o ensino híbrido é um modelo de educação formal que se caracteriza por mesclar dois modos de ensino: o *on-line* e o presencial, indo muito além e resultando inclusive na dispensa de disciplinas, reelaboração de espaços e de metodologias, a fim de permitir que cada aluno aprenda de acordo com seu próprio ritmo. A palavra híbrido vem de misturado, mesclado, *blended*. Para Bacich e Moran (2015)³:

3 BACICH, Lillian; MORÁN, José. **Aprender e ensinar com foco na educação híbrida**. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/40681545/hibrida.pdf?1449501604=&response-content-disposition=inline%3B+filename>

%3DAprender_e_ensinar_com_foco_na_Educacao.pdf&Expires=1603638886&Signature=R1tmDZ0gnPuGfzxoMeVFotc z3Bzi6c1RlfaKPsC7N~jrMnZzAiUbHT3OHXvDNhOkHCn8K1RANyUq3Sy2R5phmrRlekqYHDOU2FPHKrGRBNaiSMHF V6CNjnbFyD5tUsUn8dYXM94QdaKcHrvVGrr9EREojCAMWAZlwnCG3L6PGQP2C3iO1CqWUHOTy9UICM-oZxiEZKBv~yppibahHvVKRDZKiXf5yphC1gMq7FBV-hbqOi77M~Fx3sAJ2onTjcv9ucuwHIM7UjeACD9eHj7-QRYKwXCMvylR-Aa4-lvGu5a5yFzCZ9LmbL5ow04bPajt1Zx82fry2w8uW5~nE-xBQ__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 25 out, 2020.



... podemos ainda caracterizar como híbrido um currículo escolar que apresente características mais flexíveis, que apresente uma formação básica que se aplica para todos e ao mesmo tempo permita a construção de caminhos personalizados que atenda as necessidades de cada estudante... Podemos ainda entender como híbrida a articulação dos processos de ensino e aprendizagem, são conhecidas como educação aberta ou em rede. É realizada por meio da mistura e integração de diversas áreas, composta por profissionais e alunos de diferentes formações e interesses e as atividades ocorrem em espaços e tempos diferenciados (CASTRO et al., 2015, p. 50)⁴.

Nesse sentido, optou-se por destinar até 20% da carga horária de cada uma das disciplinas para trabalhos remotos, cabendo ao docente distribuí-las ao longo da unidade curricular, conforme os conteúdos demandarem.

A interação professor/aluno nas atividades a distância deste curso acontecerão no ambiente virtual de ensino e aprendizagem (AVEA) institucional suportado pela plataforma Moodle, ou por meio do SIGA-A, com realização de atividades on-line tais como envios de tarefa, fóruns de discussão, questionários objetivos e/ou dissertativos, enquetes, wikis, glossários, estudos de caso, portfólios, entre outros.

Nos momentos de oferta de conteúdo na modalidade remota, o aluno poderá contar com o respaldo do Câmpus, que conta com uma estrutura física e humana capaz de contemplar as necessidades dessa modalidade, a saber: docentes com experiência e/ou formação na modalidade EaD e que podem vir a atuar naquelas UC que forem ofertadas a distância, secretaria acadêmica, coordenação de curso, apoio administrativo, limpeza e conservação, vigilância e biblioteca.

Quando da impossibilidade de o aluno acessar o Moodle ou o SIGA-A caberá ao docente verificar melhor maneira de atender o discente, como por exemplo, por intermédio de material impresso.

As atividades de avaliação realizadas obrigatoriamente com presença no Câmpus nas unidades curriculares a distância são denominadas Avaliações Presenciais. As atividades de avaliação realizadas com mediação pelo AVEA e sem obrigatoriedade de presença no Câmpus no horário previsto para os encontros são denominadas Avaliações remotas.

No caso de avaliações remotas, essas poderão ser feitas por meio de provas objetivas e dissertativas, exposição de trabalhos, seminários, estudos de casos, apresentação de relatórios técnicos e outros. O peso dessas avaliações realizadas na modalidade remota fica a critério de cada docente.

Assim, como cada professor terá a liberdade de organizar as atividades não presenciais.

38. Equipe multidisciplinar:

38.1. Atividades de tutoria:

Cada professor será tutor de suas próprias turmas, a partir da estrutura do Câmpus, onde cada professor tem seu próprio computador pessoal, conexão de alta velocidade à Internet, biblioteca virtual e física. Além disso, tem-se que o apoio pedagógico à concepção, ao desenho educacional e à produção de materiais dos cursos e componentes curriculares ofertados na modalidade a distância será assegurado pela Proen, em articulação com o Núcleo de Educação a Distância (NEaD) equipe pedagógica do câmpus, conforme artigo 10 da Resolução CEPE/IFSC nº 72 de 22 de outubro de 2020.

Todas as interações, dúvidas, atividades letivas serão publicadas e registradas no ambiente virtual de aprendizagem, sempre acompanhadas pelos respectivos professores.

38.2. Material didático institucional:

O material didático institucional é produzido na forma de livros interativos e unidades de estudo no ambiente virtual de aprendizagem moodle.ifsc.edu.br. A equipe de produção de materiais didáticos do IFSC atende mediante participação dos docentes em edital de produção de material didático no semestre anterior à oferta.

Os materiais de estudos que serão disponibilizados aos estudantes: objetos de aprendizagem (vídeos, simuladores e outros), material complementar, textos de domínio público, material didático (apostila/livro); material por meio da ferramenta livro/livro digital. Deve haver uma

⁴ CASTRO, E. A.; COELHO, V.; SOARES, R.; SOUSA, L. K. S.; PEQUENO, J. O. M.; MOREIRA, J. R. Ensino híbrido: desafio da contemporaneidade? **Periódico Científico Projeção e Docência**. V.6, n.2, 2015. Disponível em: file:///C:/Users/sibel/AppData/Local/Temp/563-1916-1-PB.pdf. Acesso em: 25 out, 2020.



inter-relação entre os materiais selecionados e que os mesmos estejam de acordo com os objetivos de aprendizagem estabelecidos.

38.3. Mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes:

A interação entre docente e aluno poderá ocorrer via mensagens no Moodle ou SIGA-A, bem como por e-mail. Além disso, como o curso tem 80% de sua carga horária presencial, docente e discente estarão habitualmente se encontrando fisicamente, o que permitirá sanar dúvidas em relação às atividades não presenciais no próprio Campus.

PARTE 3 – AUTORIZAÇÃO DA OFERTA

VII – OFERTA NO CAMPUS

39. Justificativa da oferta do curso no Campus:

Contexto histórico de Caçador

A região de Caçador, inicialmente, era habitada por índios das etnias Kaingang e Xokleng. Em 1881, Francisco Corrêa de Melo, oriundo de Campos Novos, se estabeleceu às margens do rio Caçador. Sendo seguido, seis anos depois, por Pedro Ribeiro e, em 1891, por Tomaz Gonçalves Padilha (IBGE, 2014)⁵.

Com a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul, cujos trilhos alcançaram Caçador em 1910, a colonização tornou-se mais intensa e o povoado passou a chamar-se "Rio Caçador", devido a abundância de caça nas margens do rio. A estrada de ferro atraiu grande número de habitantes de origem italiana, vindos, sobretudo, da zona colonial do Rio Grande do Sul (CAÇADOR, 2014⁶; IBGE, 2014)⁷.

De 1914 a 1917, o território esteve conflagrado com a campanha do Contestado. A luta destruiu o que havia de organizado na região, sendo incendiados numerosos núcleos de povoamento (CAÇADOR, 2014; IBGE, 2014).

Em 1917, com o acordo de limite entre o Paraná e Santa Catarina, abriu-se um período de paz, que possibilitou o reinício das atividades normais da população. Em 1918, foi instalada a primeira agência postal, onde já existia um posto de rendas estaduais (CAÇADOR, 2014; IBGE, 2014).

A abertura da estrada de Rodagem Caçador-Curitiba, em 1933, veio dar grande impulso à região, com a chegada de imigrante e a instalação de serrarias, em meio às densas matas de Pinheiros (IBGE, 2014)

Em 25 de março de 1934, Caçador tornou-se um município independente, emancipando-se política e administrativamente (CAÇADOR, 2014).

Os imigrantes e desbravadores que chegaram a cidade se depararam com a exuberância da floresta nativa de araucária. Na década de 40, Caçador já conquistava a fama de capital da madeira, como município maior produtor de pinho serrado do Brasil. Atualmente, Caçador destaca-se pelas atividades de agropecuária, indústria, do comércio e dos serviços. Caçador detém o título de capital industrial do meio-oeste catarinense e é o maior produtor de tomates por hectare do Brasil (CAÇADOR, 2014).

⁵ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

⁶ CAÇADOR. Prefeitura Municipal. **História de Caçador**. Disponível em: <<http://www.cacador.sc.gov.br/portalthome/index.php/lista-de-e-mails/96>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

⁷ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Histórico Caçador**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=420300&search=santa-catarina|cacador|infograficos:-historico>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

Localização

O município de Caçador, pertencente ao estado de Santa Catarina, está localizado na região meio-oeste catarinense, no Alto Vale do Rio do Peixe, a uma distância aproximada de 400 km de Florianópolis, capital do Estado. Possui uma área de 1.009,8 km², altitude média de 920 metros acima do nível do mar, temperatura média anual de 16,6°C, e precipitação total entre 1.600 e 1.800 mm/ano.

Figura 1 – Localização do Município de Caçador em Santa Catarina.



Fonte: IBGE (2014)

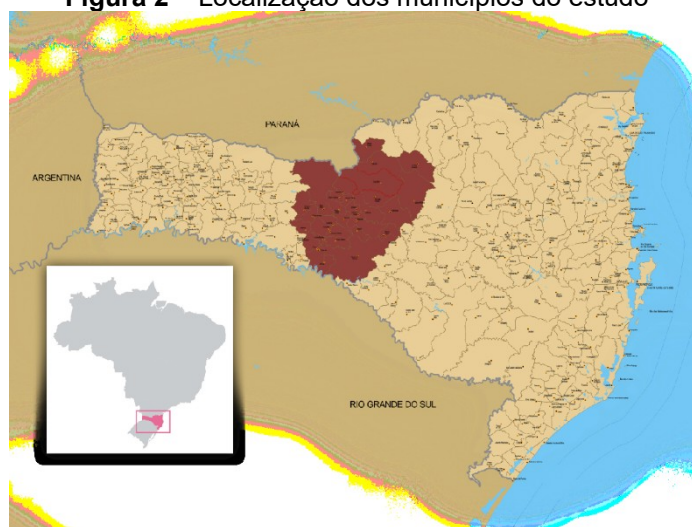
O município de Caçador pertence a microrregião de Joaçaba, a qual, por sua vez, é pertencente a mesorregião Oeste Catarinense. A microrregião possui uma área total de 9.136,383 km², e está dividida em 27 municípios: Água Doce; Arroio Trinta; Caçador; Calmon; Capinzal; Catanduvas; Erval Velho; Fraiburgo; Herval d'Oeste; Ibiam; Ibicaré; Iomerê; Jaborá; Joaçaba; Lacerdópolis; Lebon Régis; Luzerna; Macieira; Matos Costa; Ouro; Pinheiro Preto; Rio das Antas; Salto Veloso; Tangará; Treze Tílias; Vargem Bonita; Videira.

Além de pertencer a microrregião de Joaçaba, Caçador compõe a Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe (AMARP), fundada e instalada em 18 de outubro de 1968. Atualmente a AMARP é formada por 14 municípios, sendo eles: Arroio Trinta; Caçador; Calmon; Fraiburgo; Ibiam; Iomerê; Lebon Régis; Macieira; Matos Costa; Pinheiro Preto; Rio das Antas; Salto Veloso; Timbó Grande; Videira.

De acordo com estudo realizado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (2011) sobre o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras, um dos itens que tem pouca relevância na escolha da instituição federal entre os estudantes matriculados é a proximidade da residência familiar. Isso leva a crer que para a realização de um curso em uma instituição pública de ensino superior o potencial aluno está propenso a um deslocamento considerável de sua residência familiar, frente aos benefícios proporcionados pela instituição. Ainda, tendo em vista que o município pertencente a microrregião de Joaçaba mais distante do município sede, Caçador, é de 135 km rodoviários, definiu-se esta distância como aquela de abrangência do estudo. Nesse sentido, 55 municípios foram considerados nesse raio de 135 km rodoviários, conforme Figura 2.



Figura 2 – Localização dos municípios do estudo

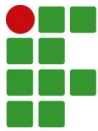


Fonte: IBGE (2014)

O Quadro 1 apresenta as distâncias de cada um dos municípios considerados no estudo.

Quadro 1– Municípios abrangidos pelo estudo

UF	Municípios	Microrregião	Associação de Municípios	Distância de Caçador
SC	<u>Capinzal</u>	Joaçaba		135
SC	<u>Ponte Alta</u>			135
PR	<u>Paulo Frontin</u>			135
SC	<u>Ouro</u>	Joaçaba		134
SC	<u>Rio do Campo</u>			134
SC	<u>São José do Cerrito</u>			134
SC	<u>Papanduva</u>			133
SC	<u>Monte Castelo</u>			132
SC	<u>Canoinhas</u>			130
SC	<u>Jaborá</u>	Joaçaba		128
SC	<u>Vargem</u>			128
SC	<u>Vargem Bonita</u>	Joaçaba		125
SC	<u>Irani</u>			119
SC	<u>Lacerdópolis</u>	Joaçaba		117
PR	<u>Bituruna</u>			117
SC	<u>São Cristóvão do Sul</u>			115



SC	<u>Erval Velho</u>	Joaçaba		112
SC	<u>Ponte Serrada</u>			112
SC	<u>Catanduvas</u>	Joaçaba		111
PR	<u>Paula Freitas</u>			111
SC	<u>Brunópolis</u>			108
SC	<u>Bela Vista do Toldo</u>			104
SC	<u>Campos Novos</u>			103
SC	<u>Major Vieira</u>			103
SC	<u>Joaçaba</u>	Joaçaba		101
SC	<u>Ponte Alta do Norte</u>			101
SC	<u>Herval d'Oeste</u>	Joaçaba		97
SC	<u>Água Doce</u>	Joaçaba		94
SC	<u>Curitibanos</u>			94
SC	<u>Luzerna</u>	Joaçaba		94
PR	<u>Porto Vitória</u>			94
SC	<u>Irineópolis</u>			92
PR	<u>União da Vitória</u>			92
SC	<u>Monte Carlo</u>			84
SC	<u>Ibicaré</u>	Joaçaba		81
SC	<u>Frei Rogério</u>			80
SC	<u>Ibiam</u>	Joaçaba	AMARP	78
SC	<u>Porto União</u>			78
SC	<u>Santa Cecília</u>			75
SC	<u>Treze Tílias</u>	Joaçaba		74
PR	<u>General Carneiro</u>			70
SC	<u>Arroio Trinta</u>	Joaçaba	AMARP	61
SC	<u>Salto Veloso</u>	Joaçaba	AMARP	60
SC	<u>Tangará</u>	Joaçaba		60
SC	<u>Macieira</u>	Joaçaba	AMARP	57



SC	<u>Fraiburgo</u>	Joaçaba	AMARP	56
SC	<u>Pinheiro Preto</u>	Joaçaba	AMARP	50
SC	<u>Timbó Grande</u>		AMARP	48
SC	<u>Matos Costa</u>	Joaçaba	AMARP	47
SC	<u>Iomerê</u>	Joaçaba	AMARP	45
SC	<u>Lebon Régis</u>	Joaçaba	AMARP	41
SC	<u>Videira</u>	Joaçaba	AMARP	41
SC	<u>Calmon</u>	Joaçaba	AMARP	32
SC	<u>Rio das Antas</u>	Joaçaba	AMARP	20
SC	<u>Caçador</u>	Joaçaba	AMARP	0

Fonte: IBGE (2014)

Aspectos demográficos

Com relação aos aspectos demográficos foram considerados no estudo os seguintes fatores: população, faixa etária, gênero, deslocamento, raça e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

Com uma população estimada em 74.276 habitantes, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Caçador é o 15º município mais populoso de Santa Catarina e o 423º do Brasil.

Tabela 1– População total

Abrangência	População (2007)	População (2010)	População (2013)	Crescimento % 2007 – 2010	Crescimento % 2010 – 2013	Crescimento % 2007 – 2013
Caçador	67556	70762	74276	4,75%	4,97%	9,95%
AMARP	195427	201337	209675	3,02%	4,14%	7,29%
Microrregião de Joaçaba	310347	326459	339181	5,19%	3,90%	9,29%
Região de Estudo	698112	721749	747397	3,39%	3,55%	7,06%

Fonte: IBGE (2014)

Em 2013, os municípios pertencentes à AMARP somaram uma população de 209.675 habitantes, o que representa um crescimento médio entre 2007 e 2013 de 7,29%; os municípios da microrregião de Joaçaba somaram 326.459 habitantes, e um crescimento de 9,29%; e os municípios da região de estudo somaram uma população de 747.397 habitantes e um crescimento de 7,06% nos últimos seis anos. O que demonstra que a população da região apresenta uma tendência de crescimento.



Com relação a faixa etária da população residente, o município de Caçador apresenta 25,36% da população na faixa entre 0 a 14 anos; 26,43% na faixa entre 15 e 29 anos; 38,75% na faixa entre 30 e 59 anos e 9,47% com 60 anos ou mais.

Tabela 2 – População residente total por faixa etária

Indicadores	Abrangência			
	Caçador	AMARP	Microrregião de Joaçaba	Região de Estudo
População (2010)	70762	201337	326459	721749
de 0 a 14 anos	17943	50432	76583	177136
de 15 a 29 anos	18700	52971	84807	184607
de 30 a 59 anos	27419	78154	129433	281345
de 60 ou mais anos	6700	19780	35636	78661
% de 0 a 14 anos	25,36%	25,05%	23,46%	24,54%
% de 15 a 29 anos	26,43%	26,31%	25,98%	25,58%
% de 30 a 59 anos	38,75%	38,82%	39,65%	38,98%
% de 60 ou mais anos	9,47%	9,82%	10,92%	10,90%

Fonte: IBGE (2014)

Os municípios pertencentes à AMARP possuem uma população de 25,05% na faixa etária entre 0 e 14 anos; 26,31% na faixa entre 15 e 29 anos; 38,82% na faixa entre 30 e 59 anos e 9,82% com 60 ou mais anos.

Já dentre a população integrante dos municípios da Microrregião de Joaçaba, 23,46% estão na faixa entre 0 e 14 anos; 25,98% na faixa entre 15 e 29 anos; 39,65% na faixa entre 30 e 59 anos e 10,92% possuem 60 ou mais anos.

A região de estudo apresenta uma população de 24,54% na faixa entre 0 e 14 anos; 25,58% na faixa entre 15 a 29 anos; 38,98% na faixa entre 30 e 59 anos e 10,90% com 60 ou mais anos de idade.

Os dados demonstram que a população desta região é formada em sua maioria por jovens, o que dá indícios da existência de um público que pode vir a frequentar uma Universidade.

Com relação ao descolamento, o IBGE classifica a população em urbana e rural. Dados do Censo de 2010 apontam que 91,09% da população do município de Caçador é urbana e 8,91% é rural; nos municípios da AMARP, 82,02% da população é urbana e 17,98% é rural; expandindo para a microrregião de Joaçaba 80,49% da população é urbana e 19,51% é rural e na região de estudo 75,91% da população é urbana e 24,09% é rural.

Os dados demonstram que a população é predominantemente urbana, embora parcela da população desta região ainda encontre-se na área rural.

O IDHM segue as mesmas três dimensões do Índice de Desenvolvimento Humano Global (IDH Global) – longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores



levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros (PNUD; IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013).

Assim, o IDHM – incluindo seus três componentes, IDHM Longevidade, IDHM Educação e IDHM Renda – conta um pouco da história dos municípios em três importantes dimensões do desenvolvimento humano durante duas décadas da história brasileira. O IDHM é acompanhado por mais de 180 indicadores socioeconômicos, que dão suporte à análise do IDHM e ampliam a compreensão dos fenômenos e dinâmicas voltados ao desenvolvimento municipal (PNUD; IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013).

Os dados levantados sobre os IDHMs dos 55 municípios inseridos na região deste estudo evidenciaram que as 10 cidades que possuem o índice mais alto são: Joaçaba, Treze Tílias, Iomerê, Luzerna, Porto União, Salto Veloso, Lacerdópolis, Pinheiro Preto, Ouro e Arroio Trinta.

Tabela 6 – Os 10 maiores IDHMs da região de estudo

		Municípios	Microrregião	Associação de Municípios	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM 2010	Variação % 1991-2010
1	SC	Joaçaba	Joaçaba		0,635	0,741	0,827	30%
2	SC	Treze Tílias	Joaçaba		0,511	0,668	0,795	56%
3	SC	Iomerê	Joaçaba	AMARP	0,456	0,708	0,795	74%
4	SC	Luzerna	Joaçaba		0,516	0,697	0,789	53%
5	SC	Porto União			0,536	0,666	0,786	47%
6	SC	Salto Veloso	Joaçaba	AMARP	0,485	0,666	0,784	62%
7	SC	Lacerdópolis	Joaçaba		0,524	0,700	0,781	49%
8	SC	Pinheiro Preto	Joaçaba	AMARP	0,533	0,644	0,777	46%
9	SC	Ouro	Joaçaba		0,491	0,655	0,774	58%
10	SC	Arroio Trinta	Joaçaba	AMARP	0,517	0,670	0,764	48%

Fonte: IBGE (2014)

Destes municípios, ressalta-se que nove pertencem à microrregião de Joaçaba e por sua vez, quatro deles também pertencem a AMARP.

Por sua vez, os municípios que apresentam os menores IDHMs da região de estudo são: Calmon, Vargem, São José do Cerrito, Monte Carlo, Lebon Régis, General Carneiro, Matos Costa, Timbó Grande, Brunópolis e Macieira.

Tabela 7 – Os 10 menores IDHMs da região de estudo

		Municípios	Microrregião	Associação de Municípios	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM 2010	Variação % 1991-2010
--	--	-------------------	---------------------	---------------------------------	------------------	------------------	------------------	-----------------------------



1	SC	Calmon	Joaçaba	AMARP	0,321	0,427	0,622	94%
2	SC	Vargem			0,288	0,531	0,629	118%
3	SC	São José do Cerrito			0,355	0,502	0,636	79%
4	SC	Monte Carlo			0,429	0,530	0,643	50%
5	SC	Lebon Régis	Joaçaba	AMARP	0,407	0,497	0,649	59%
6	PR	General Carneiro			0,381	0,532	0,652	71%
7	SC	Matos Costa	Joaçaba	AMARP	0,433	0,512	0,657	52%
8	SC	Timbó Grande		AMARP	0,383	0,453	0,659	72%
9	SC	Brunópolis			0,379	0,481	0,661	74%
10	SC	Macieira	Joaçaba	AMARP	0,375	0,541	0,662	77%

Fonte: IBGE (2014)

Dos municípios que apresentam os menores IDHMs, quatro estão localizados na microrregião de Joaçaba e 5 deles pertencem a AMARP.

Estes dados demonstram o desequilíbrio que há no desenvolvimento humano dos municípios na região de estudo, em especial, quando se observa que na microrregião de Joaçaba e na região da AMARP existem municípios classificados entre os 10 melhores IDHMs bem como existem municípios classificados como os 10 menores IDHMs.

Ao se propor uma análise do crescimento do IDHM no período entre 1991 e 2010 observa-se que os dez municípios que tiveram o maior aumento de IDHMs foram: Vargem, Bela Vista do Toldo, Calmon, Ibiam, Irineópolis, Ponte Alta do Norte, Irani, São José do Cerrito, Paulo Frontin e Macieira.

Tabela 8 – A variação dos IDHMs da região de estudo de 1991-2010

		Municípios	Microrregião	Associação de Municípios	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM 2010	Variação % 1991-2010
1	SC	Vargem			0,288	0,531	0,629	118%
2	SC	Bela Vista do Toldo			0,316	0,491	0,675	114%
3	SC	Calmon	Joaçaba	AMARP	0,321	0,427	0,622	94%
4	SC	Ibiam	Joaçaba	AMARP	0,379	0,587	0,725	91%
5	SC	Irineópolis			0,370	0,533	0,699	89%
6	SC	Ponte Alta do Norte			0,369	0,576	0,689	87%
7	SC	Irani			0,405	0,605	0,742	83%



8	SC	São José do Cerrito			0,355	0,502	0,636	79%
9	PR	Paulo Frontin			0,397	0,545	0,708	78%
10	SC	Macieira	Joaçaba	AMARP	0,375	0,541	0,662	77%

Fonte: IBGE (2014)

Tais dados revelam o potencial de desenvolvimento da região, considerando não apenas aspectos relacionados ao crescimento econômico destes municípios, mas também aspectos relacionados a longevidade e a educação, o que conseqüentemente, pode indicar uma melhora na qualidade de vida da população desta região.

Embora os índices revelem aspectos positivos com relação ao desenvolvimento de alguns municípios, não se pode negar os desafios inerentes ao processo de desenvolvimento que a região, como um todo, enfrenta em termos econômicos, sociais, educacionais e ambientais.

Aspectos econômicos

Neste subcapítulo apresentam-se os dados relativos aos aspectos econômicos do município-sede Caçador, dos municípios pertencentes à AMARP, à Microrregião de Joaçaba e a Região de Abrangência do Estudo. Os fatores investigados foram: População Economicamente Ativa (PEA), renda *per capita*, renda dos municípios, posse de bens duráveis e Produto Interno Bruto (PIB).

A população economicamente ativa compreende o potencial de mão de obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada, assim definidas: população ocupada – aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias) (IBGE, 2010).

A população desocupada é aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.) (IBGE, 2010).

A população não economicamente ativa é formada pelas pessoas não classificadas como ocupadas ou desocupadas (IBGE, 2010).

Tabela 9 – População Economicamente Ativa (PEA)

Indicadores	Abrangência			
	Caçador	AMARP	Microrregião de Joaçaba	Região de Estudo
Pessoas de 10 anos ou mais de idade com condição de atividade na semana de referência de economicamente ativas	35889	106629	179125	375889
Pessoas de 10 anos ou mais de idade com condição de atividade na semana de referência não economicamente ativas	23722	63504	100067	236793

Fonte: IBGE (2014)

Os dados levantados apontaram que o município-sede de Caçador possui uma população economicamente ativa de 35.889 pessoas, os municípios da AMARP somam 106.629 pessoas



economicamente ativas, na microrregião de Joaçaba encontram-se 179.125 pessoas ativas e na região de estudo 375.889 pessoas.

Por outro lado, também é expressivo o número de pessoas de 10 anos ou mais de idade com condição de atividade, mas não economicamente ativas. Os dados apontaram que em Caçador existem 23.722 pessoas nestas condições, nos municípios pertencentes à AMARP são 63.504, na microrregião de Joaçaba são 100.067 pessoas e na região de estudo são 236.793 pessoas.

Os dados demonstram que embora grande parte da população com condições de trabalho está ativa, ainda há uma parcela expressiva da população com condições de atividade não economicamente ativas.

A renda *per capita* é a razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos (PNUD; IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013).

Tabela 10 – Renda per capita da população residente nos municípios da AMARP

	UF	Municípios	Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento – economicamente ativas	Valor do rendimento nominal mediano mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento – economicamente ativas
3	SC	Salto Veloso	1.680,92	800,00
5	SC	Videira	1.552,24	950,00
7	SC	Arroio Trinta	1.530,23	900,00
10	SC	Caçador	1.368,73	850,00
14	SC	Pinheiro Preto	1.299,03	804,00
20	SC	Fraiburgo	1.271,44	777,00
21	SC	Iomerê	1.270,32	1.000,00
28	SC	Ibiam	1.218,19	800,00
31	SC	Rio das Antas	1.189,81	800,00
43	SC	Macieira	935,00	690,00
46	SC	Timbó Grande	883,53	600,00
49	SC	Lebon Régis	847,25	600,00
52	SC	Matos Costa	757,99	570,00



54	SC	Calmon	751,88	600,00
----	----	--------	--------	--------

Fonte: IBGE (2014)

Dentre os municípios pertencentes à AMARP, Salto Veloso é o município com maior renda *per capita*, R\$ 1.680,92. Já o município com a menor renda *per capita* é Calmon, cuja renda é de R\$ 751,88. Especificamente, Caçador, é o quarto município com a maior renda *per capita*, R\$ 1.368,73 por pessoa dentre os municípios da AMARP.

Tabela 11 – Renda per capita da população residente nos municípios da Microrregião de Joaçaba

	UF	Municípios	Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento – economicamente ativas (R\$)	Valor do rendimento nominal mediano mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento – economicamente ativas (R\$)
1	SC	Treze Tílias	2.304,56	1.000,00
2	SC	Joaçaba	2.116,71	1.020,00
3	SC	Salto Veloso	1.680,92	800,00
4	SC	Luzerna	1.558,73	1.000,00
5	SC	Videira	1.552,24	950,00
7	SC	Arroio Trinta	1.530,23	900,00
8	SC	Ouro	1.445,94	980,00
9	SC	Lacerdópolis	1.410,46	1.000,00
10	SC	Caçador	1.368,73	850,00
11	SC	Capinzal	1.307,80	830,00
12	SC	Erval Velho	1.307,60	791,00
14	SC	Pinheiro Preto	1.299,03	804,00
15	SC	Tangará	1.298,46	900,00
16	SC	Herval d'Oeste	1.283,24	900,00
17	SC	Água Doce	1.279,92	710,00
18	SC	Jaborá	1.275,09	800,00

Instituto Federal de Santa Catarina – Reitoria

Rua: 14 de julho, 150 | Coqueiros | Florianópolis /SC | CEP: 88.075-010
Fone: (48) 3877-9000 | www.ifsc.edu.br | CNPJ 11.402.887/0001-60



20	SC	Fraiburgo	1.271,44	777,00
21	SC	Iomerê	1.270,32	1.000,00
23	SC	Ibicare	1.247,32	900,00
24	SC	Vargem Bonita	1.242,41	800,00
27	SC	Catanduv as	1.232,45	800,00
28	SC	Ibiam	1.218,19	800,00
31	SC	Rio das Antas	1.189,81	800,00
43	SC	Macieira	935,00	690,00
49	SC	Lebon Régis	847,25	600,00
52	SC	Matos Costa	757,99	570,00
54	SC	Calmon	751,88	600,00

Fonte: IBGE (2014)

Com relação aos municípios da Microrregião de Joaçaba, o município com maior renda *per capita* é Treze Tílias, cuja renda é de R\$ 2.304,56. Já o município com a menor renda *per capita* nesta microrregião é Calmon, cuja renda é de R\$ 751,88. Em comparação com os municípios da Microrregião, Caçador fica com a décima posição.

Tabela 12 – Os dez municípios com maior renda per capita na região de estudo

	UF	Municípios	Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento – economicamente ativas (R\$)	Valor do rendimento nominal mediano mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento – economicamente ativas (R\$)
1	SC	Treze Tílias	2.304,56	1.000,00
2	SC	Joaçaba	2.116,71	1.020,00
3	SC	Salto Veloso	1.680,92	800,00
4	SC	Luzerna	1.558,73	1.000,00
5	SC	Videira	1.552,24	950,00
6	SC	Porto União	1.537,53	800,00



7	SC	Arroio Trinta	1.530,23	900,00
8	SC	Ouro	1.445,94	980,00
9	SC	Lacerdópolis	1.410,46	1.000,00
10	SC	Caçador	1.368,73	850,00

Fonte: IBGE (2014)

Extrapolando os dados da renda *per capita* para a área de abrangência deste estudo, verificou-se que o município com maior renda, ou seja, primeiro colocado no *ranking* é Treze Tílias e o décimo é Caçador. Ainda, integram este ranking dos dez municípios com maior renda per capita: Joaçaba, Salto Veloso, Luzerna, Videira, Porto União, Arroio Trinta, Ouro e Lacerdópolis.

O índice renda dos domicílios mede a renda por domicílio, sendo que, conforme IBGE (2010), domicílio é o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que está sendo utilizado como tal.

Os domicílios particulares permanentes são aqueles construídos a fim de servir exclusivamente para habitação e que, na data de referência, tem a finalidade de servir de moradia para uma ou mais.

Tabela 13 – Renda dos domicílios particulares permanentes

Indicadores	Abrangência			
	Caçador	AMARP	Microrregião de Joaçaba	Região de Estudo
Domicílios particulares permanentes	21984	62467	103601	224114
até 1/2 salário mínimo	0,75%	1,05%	0,81%	1,51%
1/2 a 1 salário mínimo	7,07%	6,91%	6,03%	8,12%
1 a 2 salários mínimos	18,56%	19,49%	18,33%	21,95%
2 a 5 salários mínimos	44,10%	43,09%	43,37%	41,56%
5 a 10 salários mínimos	18,82%	19,35%	21,02%	17,55%
10 a 20 salários mínimos	6,09%	5,73%	6,23%	5,06%
mais de 20 salários mínimos	1,41%	1,70%	2,25%	1,80%
sem rendimento	3,19%	2,69%	1,97%	2,45%

Fonte: IBGE (2014)

No município de Caçador, 44,10% dos domicílios particulares permanentes possuem renda de 2 a 5 salários mínimos e 18,82% recebem de 5 a 10 salários mínimos. Considerando a região da AMARP, 43,09% dos domicílios particulares permanentes possuem de 2 a 5 salários mínimos e 19,49% de 1 a 2 salários mínimos.



Na microrregião de Joaçaba, 43,37% dos domicílios particulares permanentes possuem renda de 2 a 5 salários mínimos e 21,02% recebem de 5 a 10 salários mínimos. Já na região de estudo, 41,56% dos domicílios particulares permanentes possuem renda de 2 a 5 salários mínimos e 21,95% possuem de 2 a 5 salários mínimos.

Os dados demonstram que a maior parcela da população de domicílios particulares permanentes possui renda de 2 a 5 salários mínimos.

O PIB mede o total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes, destinado ao consumo final, sendo, portanto, equivalente a soma dos valores adicionados pelas diversas atividades econômicas acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos na valoração da produção. Por outro lado, o produto interno bruto é equivalente à soma dos consumos anuais de bens e serviços valorados a preço de mercado sendo, também, igual à soma das rendas primárias (IBGE, 2014).

Pode, portanto, ser expresso por três óticas:

1. da produção – o produto interno bruto é igual ao valor bruto da produção, a preços básicos, menos o consumo intermediário, a preços de consumidor, mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos;
2. da despesa – o produto interno bruto é igual à despesa de consumo das famílias, mais o consumo do governo, mais o consumo das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias (consumo final), mais a formação bruta de capital fixo, mais a variação de estoques, mais as exportações de bens e serviços, menos as importações de bens e serviços;
3. da renda – o produto interno bruto é igual à remuneração dos empregados, mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação, mais o rendimento misto bruto, mais o excedente operacional bruto (IBGE, 2014).

Aspectos de empregabilidade

Neste subcapítulo apresentam-se os dados relativos aos aspectos de empregabilidade do município-sede Caçador, dos municípios pertencentes à AMARP, à Microrregião de Joaçaba e a Região de Abrangência do Estudo. Os fatores investigados foram: estoque de empresas e empregos, e o setor de ocupação.

Com relação ao estoque de empresas e empregos do município de Caçador (SC), há um crescimento no número de empresas atuantes. No ano de 2008, o município apresentava 2005 empresas e no ano de 2012, eram 2306 empresas. Com relação ao pessoal ocupado também se percebe um crescimento. Em 2008, eram 21.211 pessoas ocupadas e em 2012 eram 24.186 pessoas. Já com relação ao pessoal ocupado assalariado, em 2008 havia 19.082 pessoas e em 2012 eram 21.734 pessoas.

No ano de 2008 eram 7052 empresas e no ano de 2012, eram 7453 empresas. Com relação ao pessoal ocupado também se percebe que houve um crescimento. Em 2008, eram 58.684 pessoas ocupadas e em 2012 eram 66.213 pessoas ocupadas. Já com relação ao pessoal ocupado assalariado, em 2008 havia 51.076 pessoas e em 2012 eram 57.715 pessoas.

Com relação ao estoque de empresas e empregos dos municípios integrantes da Microrregião de Joaçaba, o gráfico demonstra que houve um crescimento no número de empresas atuantes na microrregião. No ano de 2008, eram 12.860 empresas e no ano de 2012, eram 13.354 empresas. Com relação ao pessoal ocupado também se percebe que houve um crescimento. Em 2008, eram 102.230 pessoas ocupadas e em 2012 eram 115.023 pessoas ocupadas. Já com relação ao pessoal ocupado assalariado, em 2008 havia 89.273 pessoas e em 2012 eram 100.993 pessoas.

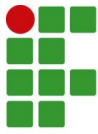
Com relação ao estoque de empresas e empregos dos municípios da região de estudo, os dados demonstram que houve um crescimento no número de empresas atuantes na região. Em 2008 eram 25.997 empresas atuantes e no ano de 2012, eram 26.157 empresas. Com relação ao pessoal ocupado também se percebe que houve um crescimento. Em 2008, eram 177.181 pessoas ocupadas e em 2012 eram 201.375 pessoas ocupadas. Já com relação ao pessoal ocupado assalariado, em 2008 havia 150.523 pessoas e em 2012 eram 173.186 pessoas.



Os dados do IBGE (2014) apontam o setor de ocupação das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência.

Tabela 19 – Setor de ocupação das pessoas de 10 anos ou mais de idade

Indicadores	Abrangência			
	Caçador	AMARP	Microrregião de Joaçaba	Região de Estudo
Total de pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (soma por setor)	33917	101951	172321	358974
agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	3846	21343	36439	92564
indústrias de transformação	10792	24604	38126	62204
comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	5515	14624	25425	54925
construção	1642	4735	9013	20104
serviços domésticos	1629	4070	7733	18571
educação	1591	4654	7654	17470
administração pública, defesa e seguridade social	1230	4119	7199	16008
atividades mal especificadas	1633	6127	9074	15795
transporte, armazenagem e correio	1870	4732	7642	14003
saúde humana e serviços sociais	797	2160	4141	9066
alojamento e alimentação	474	2000	4355	8488
atividades profissionais, científicas e técnicas	451	1710	3243	6594
outras atividades de serviços	671	2015	3368	6449
atividades administrativas e serviços complementares	645	1856	3492	6195
atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	320	867	1492	2873
água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	355	963	1445	2409
informação e comunicação	222	607	1220	2154
artes, cultura, esporte e recreação	140	380	635	1521
indústrias extrativas	45	140	190	632



eletricidade e gás	10	57	165	482
atividades imobiliárias	39	188	256	453
organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0	14	14

Fonte: IBGE (2014)

Em Caçador os três principais setores de ocupação das pessoas, por ordem de pessoas ocupadas, são: indústrias de transformação; comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas; agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura. Nos municípios pertencentes à AMARP, os três principais setores são: indústrias de transformação; agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura; comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas. Na microrregião de Joaçaba, destacam-se: indústrias de transformação; agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura; comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas. Já na região de estudo, os três principais setores de ocupação das pessoas são: agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura; indústrias de transformação; comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas.

Os dados relevam um contraponto entre o município de Caçador, cuja principal atividade de ocupação é a indústria de transformação e a região de abrangência do estudo cuja principal atividade de ocupação está relacionada com agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura.

Aspectos educacionais

Neste subcapítulo apresentam-se os dados relativos aos aspectos educacionais do município-sede Caçador, dos municípios pertencentes à AMARP, à Microrregião de Joaçaba e a Região de Abrangência do Estudo. Os fatores investigados foram: instrução dos economicamente ativos, instrução dos não economicamente ativos, número de matrículas e oferta de cursos de graduação.

Com relação ao nível de instrução das pessoas de 10 anos ou mais de idade com condição de atividade na semana de referência e economicamente ativas, Caçador possuía 39,52% da população sem instrução ou com ensino fundamental incompleto; 28,01% com ensino médio completo e superior incompleto; 20,82% com ensino fundamental completo e médio incompleto; 11,12% com ensino superior completo e 0,52% não foram determinados.

A mesma conjuntura foi observada nos municípios pertencentes à AMARP, sendo 40,69% da população sem instrução ou com ensino fundamental incompleto; 26,17% com ensino médio completo e superior incompleto; 22,19% com ensino fundamental completo e médio incompleto; 10,56% com ensino superior completo e 0,39% não foram determinados.

A microrregião de Joaçaba apresentou 40,09% da população sem instrução ou com ensino fundamental incompleto; 27,28% com ensino médio completo e superior incompleto; 20,89% com ensino fundamental completo e médio incompleto; 11,43% com ensino superior completo e 0,31% não foram determinados.

Na região de abrangência do estudo 42,16% da população não tem instrução ou tem ensino fundamental incompleto; 26,53% tem ensino médio completo e superior incompleto; 20,30% possuem ensino fundamental completo e médio incompleto; 10,71% possuem ensino superior completo e 0,31% não foi determinado.

Os dados demonstram que grande parcela da população de 10 anos ou mais de idade com condição de atividade na semana de referência e economicamente ativa não possui instrução ou possui ensino fundamental completo. A segunda faixa é preenchida pelas pessoas com ensino médio completo e superior incompleto.

Com relação ao nível de instrução das pessoas de 10 anos ou mais de idade com condição de atividade na semana de referência e não economicamente ativa, Caçador possuía 73,56% da população

Instituto Federal de Santa Catarina – Reitoria

Rua: 14 de julho, 150 | Coqueiros | Florianópolis /SC | CEP: 88.075-010
Fone: (48) 3877-9000 | www.ifsc.edu.br | CNPJ 11.402.887/0001-60



sem instrução ou com ensino fundamental incompleto; 16,34% com ensino fundamental completo e médio incompleto; 7,63% com ensino médio completo e superior incompleto; 2,10% com ensino superior completo e 0,39% não foi determinado.

Tabela 21 – Nível de instrução das pessoas de 10 anos ou mais de idade com condição de atividade

Indicadores	Abrangência							
	Caçador	AMARP	Microrregião de Joaçaba	Região de Estado				
Total	23722	100,00%	63504	100,00%	100067	100,00%	236793	100,00%
sem instrução e fundamental incompleto	17450	73,56%	47894	75,42%	74165	74,12%	173839	73,41%
fundamental completo e médio incompleto	3875	16,34%	9826	15,47%	15396	15,39%	36977	15,62%
médio completo e superior incompleto	1809	7,63%	4454	7,01%	8216	8,21%	20438	8,63%
superior completo	497	2,10%	911	1,43%	1752	1,75%	4303	1,82%
não determinado	92	0,39%	418	0,66%	534	0,53%	1232	0,52%

Fonte: IBGE (2014)

Os municípios pertencentes à AMARP possuíam 75,42% da população não possuía instrução ou com ensino fundamental incompleto; 15,47% com ensino fundamental completo e médio incompleto; 7,01% com ensino médio completo e superior incompleto; 1,43% com ensino superior completo e 0,66% não foram determinados.

Situação semelhante na microrregião de Joaçaba em que 74,12% da população não possui instrução ou tem ensino fundamental incompleto; 15,39% com ensino fundamental completo e médio incompleto; 8,21% com ensino médio completo e superior incompleto; 1,75% com ensino superior completo e 0,53% não foi determinado.

A região de abrangência do estudo possuía 73,41% da população sem instrução ou com ensino fundamental incompleto; 15,62% com ensino fundamental completo e médio incompleto; 8,63% com ensino médio completo e superior incompleto; 1,82% com ensino superior completo e 0,52% não foram determinados.

Os dados demonstram que a situação é ainda mais agravante quando toma por base o nível de instrução das pessoas de 10 anos ou mais de idade com condição de atividade na semana de referência e não economicamente ativas. Mais de 70% da população desta região não possui instrução ou possui ensino fundamental incompleto.

Ao se traçar um comparativo entre o número de matrículas no ensino pré-escolar, fundamental e médio em 2007 e em 2012, verifica-se que houve um acréscimo no número de matrículas no ensino pré-escolar em Caçador (14,77%), nos municípios da AMARP (30,69%), na microrregião de Joaçaba (8,12%) e



na região de abrangência do estudo (3,08%). Todavia, houve um decréscimo no número de matrículas no ensino fundamental em Caçador (-12,84%), nos municípios da AMARP (-15,46%), na microrregião de Joaçaba (-13,86%) e na região de abrangência do estudo (-12,53%).

Mas, houve uma variação percentual positiva no número de matrículas do ensino médio, sendo: Caçador (25,38%); AMARP (17,39%), na microrregião de Joaçaba (13,23%) e na região de abrangência do estudo (12,52%).

O indicador defasagem idade-série demonstra a defasagem que ocorre nos alunos do Ensino Básico (Fundamental e Médio) com relação a idade correta que deveriam estar cursando estes níveis. Os dados coletados referem-se aos municípios da AMARP, no ano base de 2010.

Com relação ao indicador defasagem idade-série, os dados da AMARP (2010) demonstram que o município com maior percentual de alunos de 6 a 14 anos cursando ensino fundamental sem atraso é Pinheiro Preto (88,36%), seguido por Salto Veloso (85,31%) e Timbó Grande (79,77%). Já os municípios com o menor percentual de alunos de 6 a 14 anos cursando ensino fundamental sem atraso são: Calmon (64,69%), Lebon Régis (66,38%) e Caçador (68,21%).

No ensino médio, os municípios que apresentam os maiores percentuais de alunos de 15 a 17 anos sem atraso são: Salto Veloso (95,29%), Arroio Trinta (94,89%) e Ibiam (89,71%). Já os municípios com os menores percentuais de alunos de 15 a 17 anos sem atraso são: Macieira (60,19%), Lebon Régis (60,83) e Calmon (62,65%).

Ao comparar a idade dos alunos e a defasagem no Ensino Básico (Ensino Fundamental e Ensino Médio), os municípios com maior percentual de alunos de 6 a 17 anos no Ensino Básico sem atraso são: Salto Veloso (83,55%), Pinheiro Preto (79,97%) e Iomerê (79,33%). Já os municípios com o menor percentual de alunos de 6 a 17 anos no ensino básico sem atraso são: Calmon (60,50%), Lebon Régis (62,11%) e Caçador (65,77%).

No Brasil, 65,63% dos alunos de 6 a 14 anos estão cursando ensino fundamental sem atraso, 72,80% de alunos de 15 a 17 anos estão cursando o ensino médio sem atraso e 61,84% dos alunos entre 6 e 17 anos estão no ensino básico sem atraso.

Portanto, os índices revelam situações preocupantes que demonstram que em alguns municípios da região da AMARP é alto o índice de alunos que estão defasados na relação idade-série. Ao se comparar com os índices brasileiros percebe-se que a situação da região da AMARP é similar a média nacional, e que muitos municípios estão acima da média.

Considerações sobre demanda e oferta

Com relação aos aspectos demográficos, observa-se que aproximadamente 28% da população da região de estudo concentram-se nos municípios que formam a AMARP. Essa região teve um crescimento aproximado de 7% entre os anos de 2007 e 2013, sendo que aproximadamente 25% da população, tanto da AMARP, quanto da região do estudo, encontra-se na faixa etária de 15 a 29 anos. Considera-se que, do ponto de vista demográfico, existe demanda para cursos de graduação. É importante ressaltar ainda que aproximadamente 25% dessa população encontra-se na faixa etária de 0 a 14 anos, o que garante um fluxo de potenciais alunos de graduação. Além das considerações relatadas, observamos que três quartos da população concentra-se em área urbana, o que facilita as condições de acesso à infraestrutura necessária para cursar uma graduação, como por exemplo, acesso à Internet e transporte público.

Em relação ao IDHM, observa-se relativo desequilíbrio entre os municípios que compõem a região da AMARP. Entretanto, ao se observar os indicadores do início da década de 1990 e final da década de 2000, observa-se que todos os municípios tiveram variação positiva dos seus IDHMs, sendo que os municípios que no início da década de 1990 tiveram os menores IDHMs foram aqueles que apresentaram a maior variação percentual. Embora os índices revelem aspectos positivos com relação ao desenvolvimento



de alguns municípios, não se podem negar os desafios inerentes ao processo de desenvolvimento que a região como um todo enfrenta em termos econômicos, sociais, educacionais e ambientais.

Os indicadores relativos aos aspectos econômicos revelaram que cerca de 60% daqueles com idade de 10 ou mais anos estão na condição de População Economicamente Ativa (PEA). Isso representa um número expressivo da parcela da população que está apta a trabalhar e, portanto, indica uma potencial necessidade de formação na graduação.

Em relação à renda per capita, assim como aos IDHMs, verifica-se também um desequilíbrio entre os municípios da região de estudo. O valor do menor rendimento nominal médio per capita é cerca de 30% do valor da maior renda per capita. Quando se analisa as medianas desses valores de rendimento, obtêm-se valores expressivamente menores daqueles obtidos pelas médias, o que caracteriza desigualdade na distribuição de renda dos municípios. Essa situação se reflete também nos indicadores relacionados às rendas dos domicílios cuja faixa de renda é, em sua maioria, concentrada entre 2 e 5 salários mínimos.

Sobre a posse de bens duráveis nos municípios da região verificou-se que os itens com maior presença são geladeira, televisão e rádio, ao passo que os itens com menor presença são motocicleta para uso particular, microcomputador com acesso à Internet e telefone fixo. Isso evidencia uma possível relação entre a renda e o acesso ao consumo de bens duráveis. Além disso, o fato de haver poucos microcomputadores com acesso à Internet nas residências pode evidenciar uma dificuldade no acesso à informação e, por consequência, à educação.

Em relação ao PIB dos municípios da AMARP, observou-se que a paridade das parcelas de indústrias e serviços na participação do PIB, que vinha sendo observada até o ano de 2004, deixa de existir e dá lugar à maior participação dos serviços na parcela total do PIB. A maior participação da parcela dos serviços no PIB sempre foi observada nos municípios da região de estudo. Isso pode ser um indicativo de que a região da AMARP está evoluindo de forma a acompanhar a tendência geral da região de estudo, tendo como maior parcela participante do PIB o setor de serviços. Entretanto, essa situação não se verifica em Caçador, em função das características econômicas do município.

Com relação ao estoque de empresas e pessoal ocupado nas regiões analisadas há um crescimento do número de pessoas ocupadas, embora exista uma volatilidade em relação aos números de empresas atuantes. Os principais setores de ocupação das pessoas na região de estudo são: indústria, comércio e agricultura.

Os indicadores relacionados aos aspectos educacionais relativos à população com condição de atividade e economicamente ativa demonstram uma homogeneidade na faixa de instrução de todos os níveis educacionais quando se comparam as regiões (Caçador, AMARP, Microrregião de Joaçaba, Região de Estudo). Aproximadamente 50% da população da região de estudo apresenta ensino fundamental completo e médio incompleto ou ensino médio completo e superior incompleto. Os primeiros sinalizam potenciais futuros alunos de graduação e os últimos indicam um potencial população apta ao estudo da graduação, no momento atual.

Também os aspectos educacionais relativos à população com condição de atividade e não economicamente ativa demonstram uma homogeneidade na faixa de instrução de todos os níveis educacionais quando se comparam as regiões (Caçador, AMARP, Microrregião de Joaçaba, Região de Estudo). Quanto à demanda de futuros alunos, esse grupo também apresenta significativo potencial, já que nas faixas de ensino fundamental completo e médio incompleto ou ensino médio completo e superior incompleto encontram-se 25% desta população.

Diante dos dados apresentados justifica-se a oferta do Curso Técnico Subsequente em Administração, que visa atender e suprir a carência de Cursos Técnicos Gratuitos na região. Pela sua abrangência, verifica-se que inúmeras são as possibilidades de atuação do egresso, que poderá atuar em organizações públicas, privadas e do terceiro setor. Ainda, mediante as competências estabelecidas e perfil do egresso, o profissional do curso poderá atuar de forma empreendedora e sustentável, com vistas a



impactar no processo de desenvolvimento regional e provocar mudanças na realidade ora apresentada pelos dados do IBGE.

Ressalta-se que o Câmpus Caçador já ofertou o Curso Técnico Concomitante em Administração desde 2014. Além disso, a partir de 2016, o Câmpus Caçador passou a ofertar o Curso Técnico Integrado em Administração. Assim, que o jovem que cursa Ensino Médio tem a possibilidade de cursar o técnico junto com o médio na modalidade integrada. Por isso, entende-se que a melhor forma para a região seria continuar ofertando modalidade de Curso Técnico Subsequente, com vistas a atender aqueles que já possuem Ensino Médio, e voltar o foco para os trabalhadores que já estão no mercado.

40. Itinerário formativo no contexto da oferta do campus:

O curso Técnico Subsequente em Administração encontra-se em consonância com o itinerário formativo proposto no Plano de Oferta de Cursos e Vagas (POCV) aprovado para o Câmpus Caçador. De acordo com o POCV, o aluno egresso deste curso técnico poderá prosseguir em sua formação através do Curso de Bacharelado em Engenharia de Produção, o qual teve início em 2016. Ou ainda, poderá seguir para o Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação, o qual teve início em 2017. Ambos cursos apresentam em sua estrutura curricular diversas disciplinas relacionadas com Administração. Além disso, o curso encontra-se em consonância com cursos FIC's e outros Cursos Técnicos da área de Gestão e Negócios ofertados pelo Câmpus, como o Curso Técnico Subsequente em Logística.

41. Público-alvo na cidade ou região:

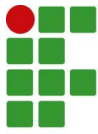
Egressos do ensino médio das escolas da rede pública e privada, trabalhadores de Caçador e região e comunidade em geral.

42. Instalações e equipamentos:

O Campus conta atualmente com 11 salas de aula, equipadas com quadro branco e projetor multimídia. Computadores com acesso à internet estão localizados na mesa do professor. Para as unidades curriculares que envolvem aulas práticas em laboratórios de informática, o Câmpus conta com 6 laboratórios de informática, os quais estão todos equipados com computadores com acesso à Internet (para professores e alunos), além de projetores multimídia, 2 laboratórios para plásticos, 1 laboratório de caracterização, 1 laboratório de mecânica, 1 laboratório de CNC, 1 laboratório de matemática, 1 laboratório de automação, 1 laboratório de física, 1 laboratório de química e 1 laboratório de elétrica e 1 laboratório de hardware. O Câmpus dispõe também de ambientes dedicados a estudos e pesquisa para os professores e ambientes dedicados às atividades de iniciação científica de bolsistas vinculados a projetos de pesquisa. O Câmpus possui cinco salas de professores com espaço destinado a reuniões, 1 sala de videoconferência, 1 sala Multiuso, 1 sala de tutoria do NEAD e 1 sala Multimeios. Ainda, tem disponível local para convivência entre professores e servidores. Os professores contam com duas Salas de Meios, com mesas de trabalho, cada uma com acesso à Internet e a impressoras. As salas possuem armários e uma mesa de reuniões. Estas salas são compartilhadas pelos professores. Os docentes ocupantes de cargos de gestão possuem disponíveis mesas individuais de trabalho. Estas dispõem de computador, acesso à internet. O Câmpus também conta com uma Biblioteca, a qual tem por finalidade reunir, organizar e disseminar informações para oferecer suporte a alunos e servidores docentes e técnico-administrativos na realização de suas atividades acadêmicas, proporcionando-lhes mecanismos que visem estimular o uso de seu acervo e incentivar a leitura, criando, em seu ambiente, oportunidades para a concretização da missão institucional. Além das instalações relacionadas ao Ensino, Pesquisa e Extensão, o Campus conta com instalações destinadas exclusivamente às áreas administrativas do Campus. O setor Coordenadoria Pedagógica é formado por profissionais da área de Pedagogia, Psicologia e Assistência Social que atuam em diversas questões relativas ao processo de ensino e aprendizagem, junto a educadores e estudantes. Também é neste setor pode-se obter orientações sobre programas especiais para alunos em dificuldades socioeconômicas, que objetivam auxiliá-los na permanência e conclusão dos estudos com êxito.

43. Corpo Docente e Técnico-administrativo:

O corpo docente do Câmpus Caçador conta atualmente com 39 professores efetivos, todos com Dedicção Exclusiva (DE), todos com formação correlata ao curso em questão, conforme Quadro a seguir.



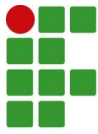
Quadro 2 - Corpo Docente

Nome	Área	Regime de trabalho
ADEMIR GOULART	Informática	40 DE
CARLOS HENRIQUE RADAVELLI	Matemática	40 DE
CLEBER SCHAEFER BARBARESCO	Matemática	40 DE
CRISTIANO MESQUITA GARCIA	Informática	40 DE
DAIANE DE LOURDES TOLEDO	Administração	40 DE
DANIELLE REGINA ULLRICH	Administração	40 DE
ELIZABETH WOOD MOCATO DE OLIVEIRA PIMENTEL	Administração	40 DE
ERIC COSTA CARVALHO	Engenharia de Produção	40 DE
FILIFE MARCHIORO PFUTZENREUTER	Português	40 DE
JAIR JOSE FERRONATO	Informática	40 DE
JULIANA MERCEDES REINHEIMER	Matemática	40 DE
LÚCIO GALVÃO MENDES	Engenharia de Produção	40 DE
MARCELO SILVA DE JESUS	Matemática	40 DE
MILENA CRISTINA FRANÇA	Informática	40 DE
PAULO ROBERTO CORDOVA	Informática	40 DE
RICARDO DE CAMPOS	Português	40 DE
SAMUEL DA SILVA FEITOSA	Informática	40 DE
SIBELI PAULON FERRONATO	Administração	40 DE
THAISA RODRIGUES	Engenharia de Produção	40 DE

Fonte: Coordenação de Gestão de Pessoas (2020)

Quadro 3 - Técnico Administrativo em Educação

Nome	Cargo/nível
ALESANDRA ORIENTE	Técnico em Assuntos Educacionais
ALICE FELISBINO GOLIN	Pedagoga
ARLETE INES LEMOS	Técnico de Laboratório
DÉBORA ALBERTI PAGNUSSATTI	Assistente em Administração
IZA LUZIA GOETTEN DE OLIVEIRA	Técnico em Assuntos Educacionais
LUCIANE DA COSTA CAMPOLIN	Técnico em Assuntos Educacionais
MARIANA VIDAL FOLTZ	Psicóloga
NAIPI HOMMERDING	Assistente em Administração
PATRICIA MACCARINI MORAES	Assistente Social
VERONICA DE ANDRADE BAPTISTELA	Auxiliar de Biblioteca
VIVIANE APARECIDA TRINDADE	Pedagoga



VIVIANE BITTAR	Assistente de aluno
WILLIAM DOUGLAS GOMES PERES	Assistente em Administração

Fonte: Coordenação de Gestão de Pessoas (2020)

44. Anexos:

Não Se Aplica (NSA).